Socialismo sem liberdade,
socialismo não é.
Liberdade sem socialismo,
liberdade não pode ser.

JOÃO MANGABEIRA
Primeiro Presidente
do Partido Socialista Brasileiro

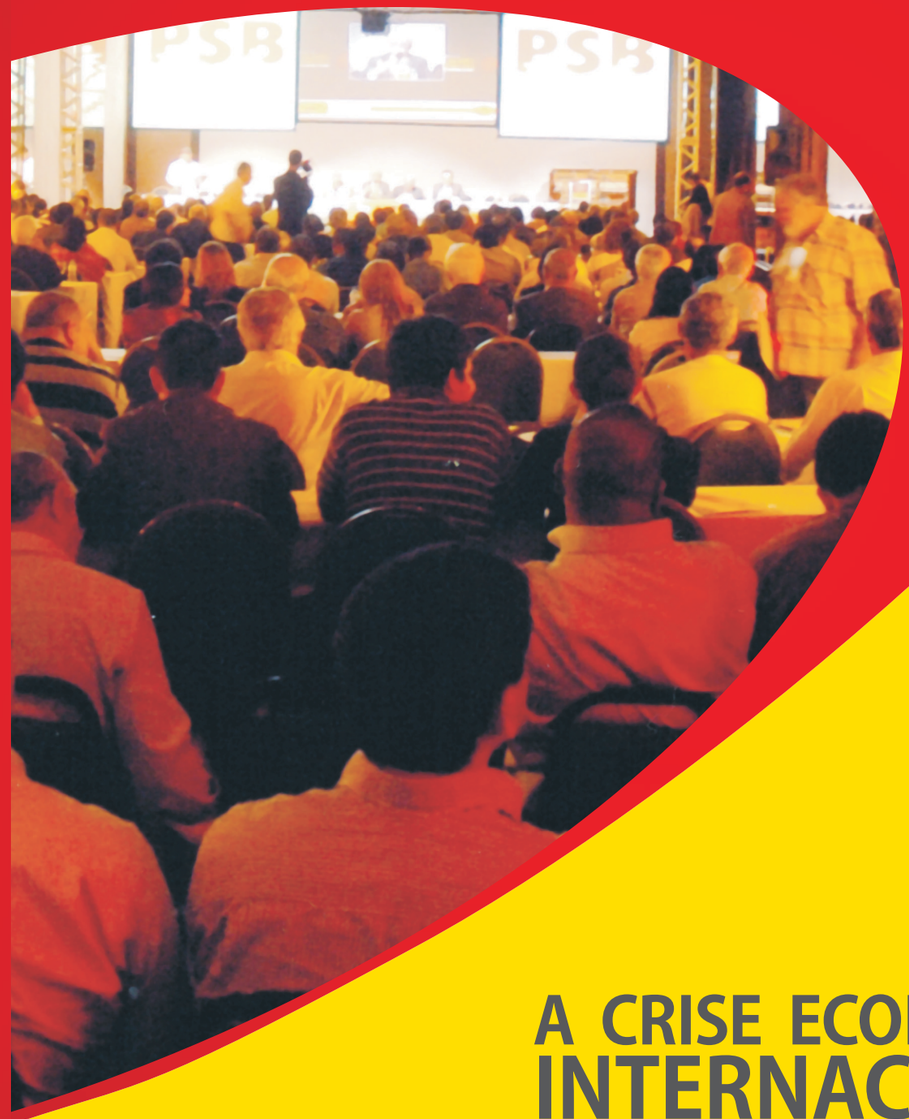
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
PSB
Socialismo e Liberdade

CLN 304 Bloco A, Sobreloja
Brasília-DF CEP 70736-510
Telefax (61) 3327-6405 - 3326-0722
www.psbnacional.org.br
psb@psbnacional.org.br

Fundação João Mangabeira

SHIS QI 5 Conjunto 2 Casa 2
CEP 71615-020 – Lago Sul – Brasília, DF
Telefax: (61) 3365-4099/3365-5277/3365-5279
www.tvjoaomangabeira.com.br
www.fjmangabeira.org.br

Fundação João Mangabeira



A CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL E A ECONOMIA DO BRASIL

SEMINÁRIO NACIONAL

A CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL E A ECONOMIA DO BRASIL


PSB

A CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL E A ECONOMIA DO BRASIL



Fundação João Mangabeira

Sede própria – SHIS QI 5 Conjunto 2 Casa 2
CEP 71615-020 – Lago Sul – Brasília, DF
Telefax: (61) 3365-4099/3365-5277/3365-5279
www.fjmangabeira.org.br
www.tvjoaomangabeira.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA
Presidente: Carlos Siqueira
Diretor-Financeiro: Renato Xavier Thiebaut
Diretor de Assessoria: Jocelino Menezes
Diretor de Cursos: Caleb Medeiros de Oliveira
Diretor-Administrativo: Marcos Vilaça

CONSELHOR CURADOR

Membros natos
Governador Eduardo Henrique Accioly Campos
Carlos Siqueira

Membros eleitos pelo Diretório Nacional do PSB
Deputada Luiza Erundina de Sousa
Roberto Amaral
Prefeito Serafim Fernandes Corrêa
Kátia Born Ribeiro
Mari Elisabeth Trindade Machado
Antônio César Russi Callegari

Membros eleitos pelo Conselho Curador
Jaime Wallwitz Cardoso
Dalvino Trocolli Franca
James Lewis Gorman Jr.
Deputado Alexandre Aguiar Cardoso
Ministro Sérgio Machado Resende
Adilson Gomes da Silva
Álvaro Cabral
Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz
Artur Moreira Lima

Suplentes
Paulo Blanco Barroso
Elaine Breintebach
Paulo Braccarense
Joe Carlo Vianna Valle
Manoel Antônio Vieira Alexandre

CONSELHO FISCAL
Cacilda de Oliveira Chequer
Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha
Antônio Marlos Ferreira Duarte

Suplentes
Marcos José Mota Cerqueira
Dalton Rosa Freitas

Fundação João Mangabeira

A CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL E A ECONOMIA DO BRASIL

SEMINÁRIO NACIONAL

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 2011

Brasília, 2011

Sumário

SOLENIDADE DE ABERTURA

Governador Eduardo Campos 11
Pianista Artur Moreira Lima 14
Ex-ministro José Gomes Temporão 15
Carlos Siqueira 17

A crise econômica

Roberto Amaral 24
Carlos Lessa 26
Wilson Cano 39

A crise mundial e a economia brasileira

Carlos Siqueira 48
Theotonio dos Santos 49
Márcio Pochmann 61

GALERIA 75
















PSB
PSB


PSB


Socialismo
e Liberdade




JOÃO
MANGABE

Solenidade de Abertura

Presidente da Fundação João Mangabeira, Carlos Siqueira, convida para compor a mesa: o presidente nacional do PSB, governador Eduardo Campos; o vice-presidente do PSB, companheiro Roberto Amaral; a líder do PSB na Câmara dos Deputados, companheira deputada de Pernambuco Ana Arraes; o deputado Alexandre Cardoso, deputado federal e secretário de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e presidente do PSB no estado; o ex-ministro da Saúde José Gomes Temporão; o companheiro Milton Coelho, vice-prefeito da cidade de Recife; o deputado federal Valtenir Pereira, presidente do PSB no Mato Grosso; o deputado federal Laurez Moreira, presidente do PSB em Tocantins; o companheiro Caleb de Oliveira, diretor recém-eleito da Fundação João Mangabeira do PSB do Rio Grande do Sul, presidente do PSB no estado; o companheiro Marcos Vilaça e professor Jocelino Menezes, diretores da Fundação João Mangabeira; o companheiro Alexandre Navarro, secretário executivo do Ministério da Integração Nacional; o deputado José Antônio Almeida, presidente do PSB no Maranhão; o deputado federal Glauber Braga, do Rio de Janeiro.

Em seguida, convida a todos para ouvir o Hino Nacional executado por Artur Moreira Lima.

O primeiro ato da abertura deste seminário sobre "A Crise Econômica Internacional e a Economia do Brasil": duas importantes filiações ao Partido Socialista Brasileiro – o pianista Artur Moreira Lima e o ex-ministro José Gomes Temporão.



Pianista Artur Moreira Lima e o governador Eduardo Campos, presidente do PSB



Ex-ministro José Gomes Temporão e o governador Eduardo Campos, presidente do PSB

EDUARDO CAMPOS

Presidente do Partido Socialista Brasileiro e Governador de Pernambuco



Quero dizer nossas primeiras palavras de saudação a esses dois grandes brasileiros que temos a alegria de receber agora formalmente em nosso partido, até porque com eles convivíamos sempre de perto já há uma longa jornada de construção da democracia brasileira, de construção de nossa vida partidária.

É muito bom podermos recebê-los. Quero dizer isso aqui em nome da nossa militância, em nome da direção do nosso partido, em nome de muitos que gostariam também de estar aqui conosco, mas não puderam vir e me encarregaram de abraçar o Temporão e o Artur Moreira Lima.

Dizer que é dessa forma que o PSB quer crescer no Brasil, crescer com qualidade, com densidade, crescer com a capacidade de preservar na política e no partido os nossos sonhos, nossos valores que carregamos representando aqui a luta de tantos que ficaram, que já não estão mais aqui, que deram sua vida à construção do nosso partido e desse campo político em que o PSB está inserido.

Dizer que coisa boa é começar uma segunda-feira ouvindo o Hino Nacional sendo interpretado dessa forma maravilhosa como Artur Moreira Lima nos brindou nessa manhã. E na sequência do Hino Nacional, receber em nosso partido um artista da expressão, da qualidade, do compromisso com o Brasil que tem o nosso Artur Moreira Lima.

Sei e posso aqui testemunhar a alegria de muitas comunidades do semiárido nordestino, e do meu estado em particular, em ver esse grande pianista se apresentando nos grotões do interior do Brasil, levando a música de qualidade para próximo de população de extrema qualidade, que é o povo sertanejo.

Arthur, é com enorme satisfação que o recebemos. A sua entrada simboliza a entrada de muitos artistas, de muitos intelectuais que sempre estiveram, desde a origem da Esquerda Democrática, organizando e construindo o PSB. Pessoas que nunca perderam a ingenuidade, que nunca perderam a fé no Brasil, que nunca perderam a capacidade de sonhar e de lutar pelos seus sonhos. Quero, em nome da nossa militância, não só lhe dar boas-vindas, porém, mais do que isso, agradecer sua confiança no PSB. Fique certo de que, com sua presença, o nosso partido irá ainda mais longe.

Quero dar também as boas-vindas ao meu amigo, meu companheiro Temporão. Um militante da saúde pública deste país como poucos, um idealista, alguém que sempre abraçou as melhores causas deste país, que pôde servir ao Brasil no Governo do presidente Lula numa das áreas mais desafiadoras que é a área de saúde. Uma das áreas onde se expressa a maior necessidade do nosso povo, hoje a área de maior expressão na preocupação da sociedade brasileira, um grande desafio nacional. E o fez sem abrir mão das suas convicções e dos valores que carregou a vida inteira, ao lado de tantos companheiros seus que aqui estão, que sonharam, antes mesmo do processo de redemocratização do Brasil, com a construção de um sistema único de saúde que pudesse guardar os valores da universalidade, da equidade, do equilíbrio e do respeito à cidadania. Sistema que ainda estamos muito longe de construir, mas que temos a convicção de que demos passos importantes e sempre contando com a sua militância.

Recebê-lo, Temporão, no PSB, para todos nós é motivo de grande alegria, porque teremos nos nossos quadros, formalmente, a partir de hoje, alguém que vai nos ajudar a fazer um bom debate sobre o Sistema Único de Saúde, sobre os desafios da saúde e a relação que isso tem com a construção da cidadania do nosso povo e da nossa gente. Seja bem-vindo. Aqui é sua casa, aqui você construiu grandes amigos e amigas, pessoas que lhe querem bem, respeitam a sua vida útil, a sua vida de militante político, sempre fazendo política com "P" bem maiúsculo.

Quero, por fim, dar uma palavra aos quadros da Fundação João Mangabeira, aos que estão aqui e aos que estão nos assistindo pela TV João Mangabeira, aos que estão espalhados nos estados, nos municípios, aos jovens do partido, às mulheres, aos sindicalistas, aos que estão no movimento popular, a todos os setores organizados do partido que estão nos acompanhando pela TV João Mangabeira.

Agradecemos de pronto ao prof. Carlos Lessa, esse grande brasileiro que nos honra com sua presença e com tantos serviços prestados ao Brasil.

Agradecemos também aos professores Wilson Cano e Carlos Lessa por virem hoje pela manhã e à tarde, ao Theotonio dos Santos e ao Márcio Pochmann, que vêm ajudar o PSB a fazer um debate sobre este momento que vive o mundo, sobre mais esta crise do capitalismo, num momento extremamente delicado da conjuntura internacional, quando dois grandes blocos econômicos como Estados Unidos e a velha Europa passam por momentos desafiadores. E é fundamental para o partido, para a nossa militância, para aqueles que nos ajudam a pensar na Fundação João Mangabeira, poder compreender como este momento se aprofundou na crise, quais as suas origens, como isso deve rebater no concerto internacional e também na realidade brasileira e de que forma podemos pensar as saídas, as alternativas, quais os erros que o Brasil não pode cometer, já que sabemos que no enfrentamento do primeiro momento dessa crise, ainda em 2008/2009, poderíamos ter tomado determinadas atitudes que não foram tomadas e que podem, com certeza, ser objeto do debate que o PSB provoca no enfrentamento desta atual fase.

Enfim, queremos agradecer a todos que vêm nos ajudar a fazer essa reflexão com a direção do nosso partido. Desejo um extraordinário debate e que possamos sair do dia de hoje com um acúmulo importante para, já agora em setembro, apresentá-lo nos ciclos dos nossos congressos municipais e estaduais, para que, em dezembro, façamos um grande congresso nacional, que aponte o caminho para o PSB seguir crescendo, servindo ao Brasil, ao nosso povo. Bom debate, bom dia a todos e obrigado.



PIANISTA ARTUR MOREIRA LIMA

Estou extremamente emocionado por entrar para esse partido cuja história se confunde com a história do Brasil, um partido sempre de vanguarda. Inclusive um de meus tios, Felipe Moreira Lima, foi um de seus fundadores.

Quero dizer que, justamente nesse cenário atual, o PSB tem tudo para crescer e para realmente atingir seus tão nobres objetivos, suas identificações com os maiores anseios dos brasileiros que realmente gostam de seu país, e de todos aqueles para quem o humanismo é, talvez, se não o mais importante, um dos mais importantes valores.

Quero dizer que estou muito honrado e muito emocionado, até tremi a mão, não na hora de tocar piano, mas na hora de assinar a ficha, porque, realmente, apesar de já estar com 71 anos, acho que no time de veteranos vou fazer o que de melhor puder para participar, com todos os nossos companheiros, da luta sempre pela melhoria do nosso país.

É uma grande honra ter a ficha assinada pelo presidente do Partido, o governador Eduardo Campos, e ter reencontrado tantos velhos amigos e conhecidos aqui. Realmente aqui é a minha casa. Obrigado.

EX-MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO



Para mim, é privilégio ouvir esse fantástico artista brasileiro, com quem eu conversava e dizia que lá em casa as gravações de Ernesto Nazaré, que ele tão brilhantemente gravou e deixou para a história da música brasileira, tocam o tempo todo. Até meu filho arrisca o Eponina e vários outros clássicos, no piano.

Mas quero dizer da minha alegria porque, de certa forma, hoje aqui me reencontro com a minha trajetória política, que sempre foi no campo progressista, no campo da esquerda. Essa opção pelo PSB foi amadurecida, discutida, e teve muito a ver com o fato de, na condição de ministro, ter conhecido de perto Eduardo Campos, o seu trabalho e de outros dirigentes e executivos do Partido Socialista Brasileiro, de ver de perto a profunda e brilhante transformação que está sendo feita no Nordeste brasileiro, a partir de uma política clara, corajosa, incisiva, onde a questão da equidade, da liberdade, da democracia, da igualdade está muito presente.

Então, sinto-me com muita vontade de trabalhar, de contribuir, e quero deixar duas mensagens rápidas. Uma, eu repetiria o Milton Nascimento, dizendo que "toda forma de amar vale a pena". Então toda forma de fazer política vale a pena, mas todos nós acreditamos que fortalecer a democracia passa, sim, pelo fortalecimento dos partidos políticos.

E a segunda é que trazer a juventude, a garotada para essa questão é fundamental. Tem muita gente que tem um olhar meio cético sobre uma nova geração que só se encontra virtualmente nas redes sociais, mas eu tenho entrado nas tais das redes sociais e ali você percebe que há inquietações estéticas, há questões exis-

tenciais, muita angústia, muita maluquice, mas existem questões políticas colocadas de maneira muito clara e, às vezes, nos falta uma metodologia de aproximação desse novo espaço para trazer para a política partidária, para a boa política, essa nova juventude.

Por fim, quero dizer que a saúde – pois estamos citando a arte, a música – é um excepcional campo para se pensar o Brasil, porque ela expressa exatamente, na sua pureza e na sua contundência, as desigualdades e o gigantesco esforço que este país ainda vai ter que fazer para ser mais justo e mais igual para todos os brasileiros. E também acho que a saúde é um espaço muito importante de se pensar a democracia, de se pensar a equidade, de se pensar igualdade.

CARLOS SIQUEIRA

Presidente da Fundação João Mangabeira



É muito curioso o modo pelo qual a história trama suas revoluções, ou seja, como se tecem os acontecimentos que desafiam os pensadores e atores políticos, no caminho da compreensão do mundo em que vivem e as possibilidades desse mesmo mundo, no conjunto da obra humana.

Vale lembrar, quanto a esse aspecto, que na astrofísica a revolução implica uma volta completa de um corpo celeste, relativamente ao outro, de tal forma que se cumpre uma trajetória, que vem dar no ponto de partida. Não se trata nunca, contudo, do mesmo ponto que se deixou anteriormente. Como nos ensina Heráclito, não podemos nos banhar duas vezes nas mesmas águas, visto que o rio está sempre em movimento.

No que se refere ao nosso objeto de hoje, ou seja, "as crises capitalistas e sua recorrência", também nos parece próprio falar de uma "revolução". Se nos dermos ao trabalho de vascular a literatura recente, os artigos da grande mídia, veremos como foi alardeada não apenas a superioridade da economia capitalista sobre a socialista, mas, talvez de forma ainda mais incisiva, a impossibilidade de se superar o modo de produção burguês.

A essa ufania se entregaram em primeiríssimo lugar, como era de se esperar, os neoliberais, que protagonizaram uma obra de barbárie, não fazendo honra à tradição liberal que, circunscrita a seus limites de classe, aferrada à defesa da propriedade privada, ainda assim se alinhava em torno de bandeiras iluministas e, muito particularmente, à defesa das liberdades individuais e dos institutos democráticos.

Os neoliberais foram seguidos, é preciso dizê-lo, de muitos atores nascidos no campo da esquerda, que se abateram com os

acontecimentos posteriores à queda do Muro de Berlim. Constitui-se em tarefa de grande complexidade compreender a razão pela qual ocorreram movimentos dessa natureza, mas parece haver ao menos um denominador comum, ou seja, o equívoco de considerar que experiências históricas concretas pudessem pôr a perder as expectativas legítimas de um mundo mais justo, equânime e aberto a novas possibilidades.

Do que pretendeu nos convencer Fukuyama com seu "fim da história", senão de que o mundo burguês é o único verdadeiramente desejável? Que a democracia se realiza, hegelianamente falando, na democracia representativa burguesa? Não se tratava mais, portanto, de negar as contradições inerentes ao modo capitalista de produção, mas de afirmar que suas contradições insuperáveis eram mais do que compensadas pelas virtudes da sociedade produtora de mercadorias, condenada que se viu e vê, a revolucionar os meios de produção e, por consequência, as instâncias de consumo.

Pareceu assim a muitos e, entre 1973/74, quando Ronald Reagan e Margareth Tatcher iniciam a obra de destruição sistemática das conquistas sociais democratas – particularmente as europeias, que inspiravam o resto do mundo – e fins da década de 1990, o argumento de uma "redenção pelo mercado" se mostrava poderoso.

Essa foi uma época de certo fausto da economia americana, movida não mais pelo seu velho coração industrial, mas pela jogatina institucionalizada, que redundou no mundo rarefeito e liquefeito, das bolhas, que estouram uma após outra, afirmando por meio de sua diversidade aparente, a origem comum – "a financeirização" do capital, que repõe continuamente as condições em que a produção material, concreta, se vê divorciada dos instrumentos financeiros que a representam.

Se com o advento do neoliberalismo se pode falar de uma religião do mercado, em lugar de ciência econômica; se os projetos de desenvolvimento nacional foram abandonados, em nome das convicções dos mais fortes, que sempre confiam nos lances de dado, porque são os donos da banca, é preciso, portanto, denunciar sem tréguas, como pura superstição, essa religião incompleta, cujo Deus e messias é o mercado.

No cristianismo que perpassa nossa cultura, os crentes verdadeiros, vivem da expectativa e da fé da unidade entre os símbolos do Cristo e seu corpo vivo. O vinho e a hóstia são, então, não uma "representação" do Cristo, mas ele próprio, em um outro modo de existência, produto da transubstanciação.

Os ufanistas da ordem, os neoliberais de plantão, em sua religião de conveniência, de outra parte, vivem da convicção do divórcio entre o corpo do capital, homens e máquinas, capital vivo e capital morto, e suas representações, na forma de títulos e derivativos; moedas cujas paridades se constroem não em relação ao valor, mas em função do giro especulativo de posições de câmbio, nas diferentes "cities" financeiras do mundo globalizado.

"Tanto maior o divórcio, tanto maiores os ganhos e, consequentemente, as perdas." Não perdem nunca, contudo, os tubarões, que, a rigor, inventaram o mundo que lhes convém. O Estado mínimo, que não oferece aos excluídos qualquer tipo de esperança, que se apega ao equilíbrio fiscal, ao controle dos déficits orçamentários, previdenciários etc., se faz para que, a cada crise, seja possível assaltar sem qualquer cerimônia os cofres públicos, em prol de um bem público, cujo limite extremo é a manutenção de uma ordem de usurpação e de usurpadores.

Retomo, então, o princípio de minha fala, para introduzir uma palavra que se pretendeu banir e à qual se buscou eivar das marcas do ideológico: classe. Se no marxismo a classe social sempre pertenceu ao mais importante dos níveis categoriais, se lhe coube a faculdade limite de explicar a história humana como aquela da usurpação, nas construções burguesas, no fraquejar de muitos que estavam à esquerda, ela decai a uma condição menor, irrisória, para quase sucumbir no nada, de uma sociedade que se advoga ser de igualdade de oportunidades.

É preciso, contudo, resgatar a importância do conceito da classe social, compreender os termos em que se realiza a usurpação capitalista na contemporaneidade, porque, com a financeirização se aproxima a situação histórica em que a classe capitalista, promotora e agente do progresso, valorosa oponente dos antigos regimes, realiza os termos de um verdadeiro aristocratismo. A rendição incondicional dos diferentes governos a seus interesses, a submissão das políticas públicas a suas conveniências e necessidades, o espezinhamento do povo em favor dos economicamente poderosos, são índices dessa conversão aristocrática.

A oportunidade da revolução social, ou seja, da inversão radical das prioridades e das perspectivas com que se realizam as políticas públicas", se apresenta do ponto de vista objetivo quando a classe dominante não pode mais apresentar um projeto verdadeiro de emancipação e de progresso para a sociedade. Seu governo sobre a sociedade política, o domínio que exerce nessas condições é flagrantemen-

te perdulário, ostentatório e estéril ou, para dizê-lo modernamente, avesso e oposto a um padrão de desenvolvimento sustentável.

No que se refere às ameaças, nos concerne de um modo direto e imediato o potencial destrutivo das crises. Não se trata apenas de capitais e recursos orçamentários que se desfazem, mas também de vidas e projetos de existência que se arruínam em um mundo que não é acolhedor, que condena cada qual a sua própria sorte. No que tange às oportunidades, precisamos estar atentos à ausência de projeto de futuro comum, que decorre de uma hegemonia política e econômica que se irmanou do conservantismo. Nós, socialistas, temos um projeto e desejos que excedem o aqui e agora, que deseja realizar os termos de uma sociedade humana verdadeiramente fraterna.

Deve-se considerar, contudo, que à oportunidade da inversão de prioridades, deve corresponder, para nós do Partido Socialista Brasileiro, o primado da prática democrática. Não nos convém qualquer modo de atingir o poder, nem a construção de uma hegemonia que se desoriente e degenere em autoritarismos de quaisquer ordens.

O problema que nos reúne hoje, enunciado em toda sua amplitude do ponto de vista político, implica, portanto, identificar quais políticas de Estado nos permitirão superar a financeirização que tolhe o desenvolvimento sustentável e, com ele, as expectativas legítimas de emancipação dos debaixo?

Em um plano mais tático e operacional, interessa ao país de nossos sonhos e expectativas, que se debata como superar o rentismo que subordina o conjunto da política econômica, como estabelecer uma inserção nos mercados mundiais que não esteja mediada pela subalternidade, como compor um projeto "nacional" de desenvolvimento, que possa fazer face aos interesses de capitais voláteis, que só transitam pelo Brasil na expectativa do lucro fácil e rápido.

Não podemos descuidar, ainda, da conjuntura econômica, que nos informa existir para o Brasil riscos objetivos e imediatos, com o atual cenário internacional. O fato de que a crise dos países centrais não tenha tido uma repercussão imediata no Brasil não significa, em absoluto, que estamos imunes a ela. A rigor, já fomos capturados pelo cenário de crise, visto que nossa suposta bonança se edifica a custa de um processo persistente de desindustrialização, do uso não sustentável de recursos naturais e do comprometimento de nossa biodiversidade; de políticas monetária e cambial (para dizer o menos), que conspiram contra a meta de um pro-

jeto de nação que tenha por escopo a emancipação dos excluídos e, em particular, daqueles a quem a miséria acontece há gerações, como fato de natureza.

Em nosso encontro de hoje reuniu-se o que há de melhor no pensamento econômico brasileiro. Homens da ciência, que se exercitaram também nas políticas públicas, na condução de entes estatais e instituições de ensino e pesquisa. Endereço a eles, então, questões sobre as quais os atores políticos, os partidos de esquerda precisam formar um juízo claro, para se orientarem em um cenário de complexidade crescente.

Que ameaças se apresentam ao Brasil, diante da crise recorrente que ocorre nos países centrais? As salvaguardas que as autoridades econômicas afirmam existir, particularmente as reservas internacionais exuberantes, nos protegem efetivamente das inflexões da economia mundial? Tais reservas, construídas à base de uma política monetária que privilegia juros estratosféricos, são verdadeiramente desejáveis, ou se constituem em elemento de uma inserção no mercado mundial orientada pela banca internacional e pelos interesses mais imediatos do capital financeiro? Quais são as nossas perspectivas de médio e longo prazo, consideradas as notórias deficiências em ciência, tecnologia e pesquisa teórica e aplicada? Em quais sentidos, por fim, as políticas macroeconômicas devem ser flexionadas, para que ocorra uma verdadeira inversão de prioridades, de tal modo que os debaixo passem a receber a atenção e preocupação que, até hoje, é destinada aos que fazem da espoliação do país e de sua gente atividade profissional?

Com essas indagações afirmo, e acredito fazê-lo em consonância com a militância e dirigentes do Partido Socialista Brasileiro, uma profunda convicção de que a história nos reserva um papel que somente a nós cabe exercer. Precisamos, portanto, nos apropriar dessas questões e das complexidades que envolve, para que estejamos à altura de nossa missão política, que é indelegável e, para a qual, nos preparamos continuamente. O dia de hoje é mais um dos momentos de preparação a que temos nos dedicado, na convicção firme e propósito inabalável de que um mundo novo é possível. Muito obrigado a todos e a todas.



A crise econômica internacional

EXPOSITORES:

CARLOS LESSA
Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ex-presidente do BNDES

WILSON CANO
Professor Titular do Instituto de Economia da Universidade de Campinas

MODERADOR:

ROBERTO AMARAL
Primeiro Vice-Presidente Nacional do PSB



ROBERTO AMARAL

Primeiro Vice-Presidente Nacional do PSB

Queridas companheiras e queridos companheiros militantes do PSB, militantes do socialismo, abrimos os trabalhos deste seminário, que se desdobrará em duas mesas. Esta primeira, que tenho a honra de coordenar, com a presença dos professores Carlos Lessa e Wilson Cano, e à tarde, mesa que será coordenada pelo Carlos Siqueira, com Márcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), um dos mais importantes economistas brasileiros, e nosso companheiro Theotonio dos Santos, Professor Emérito da Universidade Federal Fluminense.

Este seminário insere-se num conjunto de outras atividades e reflete a preocupação do Partido Socialista Brasileiro com a conjuntura brasileira, com a inserção da nossa crise na crise internacional e mais precisamente com o papel que nós, socialistas, exercemos na denúncia do capitalismo, e não apenas no enfrentamento da crise.

Na semana passada, realizamos um seminário sobre comunicação e, até o nosso congresso nacional, completaremos uma série deles.

A atuação revolucionária – e não se assustem, nós somos revolucionários, porque somos socialistas e o nosso projeto é mudar o mundo, mudar o Brasil, mudar a correlação de forças, as relações sociais – exige, como todos sabemos, uma organização e uma atuação revolucionária. Mas não alcançaremos nem uma coisa nem outra sem uma reflexão. Este é o grande projeto da Fundação João Mangabeira: promover a reflexão, promover o estudo, para que, em cima dessa reflexão e desse estudo, todos possamos projetar a nossa atuação.

Fomos aqui convidados para fazer uma reflexão sobre a crise internacional, sobre a crise do sistema capitalista, sobre a crise do monopólio econômico e financeiro, sobre a exaustão do neolibe-

ralismo, sobre a exaustão da predominância do capital sobre o trabalho. Estamos sendo convidados para essa reflexão, para que, em cima dela, não apenas possamos dizer como corrigi-la, não apenas fiquemos preocupados em como salvar o capitalismo ou tirá-lo da crise, mas fundamentalmente como, a partir dessa crise, aumentamos nossas convicções e construímos nosso projeto alternativo. Esse é um dos grandes problemas do ponto de vista político e ideológico que enfrentamos, porque, ao contrário de 1929, quando o mundo tinha uma experiência em andamento, hoje não estamos fazendo a crítica necessária nem estamos apontando a alternativa possível.

Antes de fazer a apresentação dos nossos ilustres convidados e amigos, vou passar a palavra ao Carlos Lessa, velho, no bom sentido da velhice, antigo, mais do que um teórico, não sei se o Carlos me permite dizer, um militante. E, na verdade, nós somos apenas militantes.

Lessa é um grande militante do socialismo, mas, acima de tudo – e é isso que nos aproxima muito –, um militante do Brasil. Ele faz parte desse grupo cada vez menor de brasileiros que pensam alternativas para este país. Ele é um continuador de Celso Furtado, de Rômulo de Almeida, de Inácio Rangel e de tantos outros que conseguiram cimentar, abrir as sendas pelas quais nós hoje começamos a caminhar.



CARLOS LESSA

Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro,
ex-presidente do BNDES

Quando me foi dado o tema, procurei fazer uma reflexão de síntese sobre dimensões importantes e estruturais do mundo que se transformarão ou que estão com uma transformação acelerada. Quero dizer que é muito difícil, num cenário desse, prognosticar. Lembrem-se sempre de que a coruja, que é a ave da sabedoria, companheira de Minerva, só começa a voar depois do entardecer, ou seja, as coisas precisam ficar um pouco mais claras para a coruja levantar voo. Porém, quero fazer uma espécie de análise atmosférica das condições em que a coruja pode voar.

Quero examinar dimensões estruturais que estão em transformação ou já se transformaram e vou me permitir retroceder ao socialismo no século XIX, não para reeditar Proudhon nem revisitar Marx, mas eu quero pegar alguns dos elementos importantes das duas vertentes do que historicamente se classificou como socialismo utópico, socialismo científico.

No socialismo utópico, estava sempre o sonho de que seria possível ao homem uma convivência civilizada com outro homem, ou seja, a ideia de que seria possível construir um conjunto de regras que permitisse uma socialização mansa das gerações intra e interpessoais e grupais. E no socialismo científico estava, numa projeção das transformações derivadas da revolução política francesa e da revolução industrial inglesa, a projeção da economia política pensada por Marx, percebido na economia o motor principal de uma transformação que era prevista por uma lei inexorável. Esta era a ideia no século XIX, de concentração do capital pelo qual cada vez menos seriam proprietários de mais e o despojamento dos trabalhadores do conhecimento da tarefa complexa pela ta-

refa simples que, em última instância, os converteria em proletários vendedores da força de trabalho. O que se imaginava? Cada vez haveria menos mais ricos e cada vez mais e mais pobres vendedores de força de trabalho. Então, chegaria um momento em que, pela correlação de forças, haveria uma nova revolução, que seria a revolução socialista.

Quero bancar a coruja de Minerva e dizer a vocês o seguinte: todos esses grandes discursos, tanto utópicos quanto científicos, têm muitos grãos de verdade. Porém, não conseguiram construir toda a verdade do século XX. Quer dizer, do ponto de vista das relações interpessoais ou intrapessoais, ou civilizatórias, digamos assim, sem dúvida nenhuma houve avanço. Porém, dimensões absolutamente assustadoras continuam presentes nas relações interpessoais, nas relações intersociais e nas relações internacionais. Acho que é extremamente difícil afirmar que a civilização já conseguiu construir todos os seus alicerces. Na verdade, não conseguiu ainda construir.

Da mesma maneira o socialismo científico, na visão de Marx, foi um prognóstico que, infelizmente, se viu furado do ponto de vista dessa singeleza que conferi a crítica à economia política. Na verdade, o velho Marx, na sua proposição central, não pôde projetar a enorme criatividade do capitalismo, onde eu destacaria algumas das coisas. Uma delas foi uma metamorfose extremamente importante de algumas tendências. A primeira delas que não se verificou foi a apresentação inteira e a extinção do artesanato, porque toda ideia é que o artesão, despojado do seu conhecimento, despojado do acesso às matérias-primas e despojado do controle do mercado, se converteria em alguém cujo tempo de trabalho seria a única coisa que lhe restaria e estaria subordinado à máquina. Essa era a ideia. Porém, a surpresa, eu até gosto muito de usar o exemplo do Brasil, porque acho impressionante, a chamada geriatria do objeto durável faz renascer um fantástico conjunto de atividades que você não pode classificar como atividades proletárias.

Só para dar um exemplo, o flanelinha que toma conta de um estacionamento é um proletário ou um burguês? Você pode chamá-lo de lúmpen, mas ele não é bem lúmpen porque, na verdade, a figura mais parecida com ele é uma figura da idade média, que cobrava pedágio para a travessia da ponte. Na verdade, ele cobra pedágio pelo estacionamento do automóvel em uma área pública. Agora, o que é objetivamente o Ivo Pitangui da lanternagem e o oficial mecânico de beira de estrada, que refaz uma peça que a empresa já retirou de linha? Esse "ultramecâ-

nico" que consegue refazer peças industriais retiradas de linha ou o Ivo Pitangui da lanternagem, que faz uma espécie de geriatria do objeto? O caminhão de estrada brasileiro tem 17 anos de idade média e o trator agrícola quase 25 anos. Por que? Porque esses neoartesãos os mantêm funcionando. Detalhe: o mercado de primeira mão do capitalismo industrial de ponta pela indústria automobilística depende fundamentalmente dessa geriatria, porque esta confere valor ao automóvel descartável, porque vai para a segunda, terceira, quarta geração. Já vi carcaça de Kombi terminar a vida como galinheiro.

Quero chamar atenção para o seguinte: toda essa geriatria do objeto não estava pensada. Porém, tenho absoluta certeza de que se você somar os flanelinhas terá mais gente sobrevivendo da flanelinha do que no Sindicato dos Metalúrgicos. Estou chamando atenção para a complexidade da estrutura social do capitalismo.

Aí você entrou na produção em massa, mas a elite passa a ter a nostalgia do objeto único. Aí prospera a butique com assinatura de roupa. Na verdade, o capitalismo se revelou, do ponto de vista da sua dinâmica, surpreendente com respeito a essa característica. Marx acertou em cheio nas leis de movimento do capital. Era o que ele queria que fosse colocado na lápide do seu cemitério. Aliás, parece que é o que está inscrito na lápide desse cemitério londrino, onde está o velho Barbas.

Na verdade, a ideia de um valor que se valoriza ou de um valor que neuroticamente só consegue manter seu valor se se valoriza, que é o problema do capital, divide-se em dois movimentos: como obter uma taxa de lucro adequada e como converter o lucro em novo capital? É a dupla programação, digamos assim, que permitiu que alguns vissem no capitalismo uma máquina admirável de crescimento. Porém, o velho Barbas também advertiu que esse crescimento caminharia para certas crises, só que as crises começaram a se amontoar e são crises que revelam uma coisa muito curiosa: que a lógica da empresa está cada vez menos orientada pela atividade produtiva e mais orientada pelas atividades patrimoniais, fazendo do seu patrimônio uma expressão de ativos reais e principalmente ativos financeiros, ativos mobiliários. A verdade é que hoje a empresa raciocina muito como rentista, ela busca no lucro não operacional uma fonte de valorização da empresa. Às vezes preocupa-se muito mais com o lucro não operacional do que com o lucro operacional. Na verdade, as empresas descobriram uma maneira fantástica de poder multiplicar capital, transformando-o em base de uma multiplicação de

relações de crédito e débito que, amontoadas umas sobre as outras, criam um verdadeiro castelo de cartas financeiro.

Essa última grande crise apenas explicitou essa tendência, quer dizer, hoje, você sabe que os bancos norte-americanos, que estão extremamente lucrativos no momento, têm mais de 6 trilhões de ativos em condições duvidosas, dos quais pelo menos 1,5 trilhão é podre e mais 2,5 são quase podres, mas o FED [Banco Central dos Estados Unidos] tem dado vitamina para segurar essa estrutura.

Eu diria a vocês que a acumulação financeira hipertrofiada representa um enorme desvio do que o capitalismo teria de dinâmico para algo quase que seria patológico, mas ratifico. O que quero chamar atenção é que estamos falando de uma estrutura que, no novo milênio, é muito diferente daquela que no século XIX permitiu um determinado tipo de reflexão. A dinâmica é muito mais complexa, quer no social, quer no político, porque o é no econômico. Eu ainda acredito na economia política.

Quero ainda chamar atenção para outras figuras que mudaram radicalmente. O consumidor de hoje é uma figura em que a lógica do sistema aspira a idiotice. Quer dizer, o perfeito consumidor é aquele que entra no shopping, não tem a paisagem, tem uma temperatura e uma luz reguladas, não tem orientação nenhuma, porque não há rosa dos ventos, e anda em estado de estupor, olhando as lojas e as lojas o olhando. Eu gosto até de imaginar que no limite esse senhor mantém um tipo de relação que é, digamos, protossexual com os manequins. E na verdade o que este consumidor busca é, no fundo, o direito do estupro da embalagem. Ele não é mais um colecionador de coisas.

Eu quero estabelecer um contraste profundo entre o milionário do século XIX, que tinha 400 ternos, mas conservava o primeiro terno que comprou. Como hoje o luxo é poder descartável, objeto usado uma única vez, então eu digo que descartar usado à primeira vez é uma espécie de estupro da embalagem. E o consumidor ideal é o consumidor estuprador. Quer dizer, isso é tão impressionante que o automóvel saído da agência, na calçada da agência colocado à venda, perde 20% do valor em relação ao preço da loja. Chamo o direito da primeira enfiada de chave no motor de arranque, uma espécie de primeira noite do automóvel.

Então, eu gosto de imaginar que estruturalmente o consumidor atual é um estuprador e não é mais um ajuntador de objetos. Isso muda muito a lógica, mas aponta de uma maneira absolutamente inequívoca na direção de um desperdício absolutamente colossal. Os índices de produção de lixo por habitante do Primeiro

Mundo crescem numa velocidade absolutamente impressionante. Depois voltaremos a esse ponto, rapidamente.

A empresa, como já disse aos senhores, está cada vez mais com a lógica do patrimônio. Aliás, nós precisamos repensar a chamada economia da riqueza. Porque nós pensamos muito os frutos econômicos. Acho que agora os estoques patrimoniais são uma variável explicativa de comportamentos empresariais cada vez de maior peso. A competição não se dá mais como classicamente se imaginou pelo confronto nos mercados. E a razão é que o capitalismo conseguiu inventar uma coisa que é uma relação promíscua e sempre negada com o Estado. Ou seja, eles têm um tipo de relação às vezes clandestina com o Estado, por isso, de certa maneira, a corrupção fica inerente a esse jogo, porque, tendo o Estado instrumentos institucionais, esses instrumentos são utilizados para robustecer a lógica competitiva e a lógica de acumulação das empresas.

Aliás, no Brasil nós conseguimos uma coisa absolutamente admirável que é esvaziar o Estado por duas entidades duvidosas, e uma delas é o chamado terceiro setor. Eu não acho que exista Terceiro Setor nenhum, para mim há setor público e setor privado. Terceiro setor é embromação para escapar de qualquer controle social e ilusão tributária. Eu tenho horror à ideia de terceiro setor. Considero uma das coisas mais idiotas e mais pérfidas que foi criada.

Hoje eu estava, por acaso, lendo o jornal e lá constava a estatística de que o Brasil tem ONG que não acaba mais. É uma loucura. Aliás, eu sempre fico me imaginando, porque fundei duas ONGs que não têm sucesso nenhum. A minha primeira ONG está ligada a um tipo de movimento social que eu quero fazer, que é pelos canhotos. A tecnologia só é pensada para os destros. Então, comecei a imaginar a adaptação de slogans clássicos, tipo esquerda unido, "povo unido jamais será vencido!", eu pensei: "canhoto unido jamais será vencido!". Porque as categorias sociais relevantes do jogo capitalista, hoje, não são mais burguês e proletário, mas alto e baixo, homem e mulher, preto e branco, gordo e magro, variações sexuais, enfim. O que quero dizer é que, mercadologicamente, recortam a população de uma maneira absolutamente topográfica e com características externas, não pela inserção social objetiva. E nos canhotos ninguém pôs a mão. Eles estão órfãos de atenções políticas, 8% da população. O Partido Socialista podia fazer um movimento pela equalização dos direitos entre os destros e os canhotos. Mas, enfim, deixa pra lá. Esta é a primeira ONG que eu fundei e que não prosperou. Sou presidente e único membro.

A outra é uma ONG ecológica, pois estou muito preocupado com os vírus de alta mortalidade, porque há uma tendência para exterminá-los e ninguém assume a defesa. Tem defesa de baleia, de mico-leão-dourado, ararinha, mas não tem defesa, por exemplo, da varíola. Não ria, porque sabe qual é o argumento? Ninguém sabe se no futuro eles não vão ser necessários, que é o argumento para permitir preservar tudo. Por que não preservar os vírus? Eu não consigo nenhuma adesão! Isso me aflige muito, porque quem sabe se com os marcianos invadindo a Terra nós não vamos precisar desses vírus? Quem sabe se de repente um avanço da oncologia descobre algum princípio importante em algum desses vírus? Não é brincadeira, eles estão sendo exterminados! E não tem ninguém se mobilizando.

Então, eu fundei essa outra ONG. Mas tirando as minhas ONGs de protesto, que rigorosamente não conseguem adesão nenhuma, eu quero dizer que hoje cada pessoa jurídica ou física procura ter uma ONG a seu dispor. Chama-se "onganizar". Não há nenhuma maneira de separar o joio do trigo, essa é a verdade.

Já fui gestor de programas sociais e a maior dificuldade do planeta é conseguir perceber se a ONG é séria ou não. Exige até detectores de mentira, técnicas de interpretação psicológica, porque a quantidade de contos do vigário, aliás a vigarice tem na ONG a instituição quase que perfeita. Concordam?

Eu diria a vocês que se a empresa mudou sua lógica, a família modificou-se muito. Vamos só reconstituir o que a sociologia convencional ensina sobre a família. A agricultura, historicamente, era a principal instituição que preservava a possibilidade de a família sobreviver. Nesse sentido, a multiplicação de filhos era perfeitamente assimilável à ideia do campo semiárido onde a semente deve, em princípio, germinar e onde é absolutamente necessário que os mais jovens cooperem na economia doméstica. A criança de 4 anos podia jogar um pouco de milho para a galinha, a de 7 anos podia catar um pouco de lenha para o fogão, o de 9 já podia ajudar o pai na coleta de capim, e assim por diante. Então, a valorização da fertilidade é uma dimensão típica da família de origem rural.

Quando há passagem para a cidade, o filho passa a ser um investimento a fundo perdido, porque você gasta tempo, atenção e carinho para que ele comece a te contestar na aborrecência, que é aquele período que vai dos 15 aos 19 anos, e, posteriormente, pode ser até que ele, por uma relação afetiva, volte a escorar os velhos, porém, a quantidade de velhos abandonados, prosperam os asilos, há toda uma geriatria hoje que busca ressocializar a intercomunicação entre os idosos.

Governador Eduardo Campos, tenho uma sugestão: eu acho que o famoso tema da terceira idade está sendo tratado com muita leviandade, quando ele podia ser um fantástico instrumento para aumentar o tempo de permanência das crianças na escola. Na verdade, a escola pública poderia ser o lugar onde os idosos iriam ensinar as crianças desde contar piada pornográfica até ler livros, jogar bola de gude, fazer bola de meia, contar história do bairro, do lugar. E, como os idosos estão propensos a restaurar os seus sentimentos de energia pelo convívio com as crianças, acho que a escola pública de tempo integral não deveria ser estudo de tempo integral, deveria ser permanência em tempo integral, porque pai e mãe necessitam disso quando trabalham. Recomendei essa sugestão ao prefeito do Rio, milhões de vezes: faça isso, abra voluntariado de terceira idade, pergunte quem sabe empinar papagaio, quem sabe contar piada, quem sabe fazer pão-de-ló.

Só estou querendo dizer aos senhores que a família não é mais a mesma. Um dos fenômenos mais impressionantes é o crescimento estatístico que o nosso censo do IBGE chama de família uniparental. A família uniparental geralmente é liderada por uma mulher, não necessariamente, mas a enorme maioria é de mulheres que representam o substrato social mais vulnerável do mercado de trabalho, porque, como elas têm que trabalhar para sustentar o filho e ao mesmo tempo necessitam permanência e aderência ao filho para desenvolvê-lo, para elas o dilema é de uma crueldade total.

Eu acho que o patamar da vida social brasileira hoje mais vulnerável são as moças pobres, que são primíparas, com idade muito jovem, tipo 15, 16, 17 anos. Isso é uma tragédia social e eu fico irritado com o movimento feminista preocupado só com cota e não está preocupado com essas mulheres, que representam a fração social mais vulnerável do mercado de trabalho, da pobreza na sociedade urbana e industrial desenvolvida. São os atravessadores, vendedores de força de trabalho que se ocultam sob o véu de cooperativas, é uma coisa absolutamente horrorosa. Mas, deixa para lá.

Quero apenas dizer que se as mulheres reduzirem esse instinto de reprodução, e esse negócio é complicado a longo prazo, porque nós vamos para a sociedade em que a idade média vai se elevando. Aliás, em algumas sociedades do mundo isso já é preocupação. O mais fantástico é que há hoje uma enorme preocupação na China por ela ter bastante crescimento demográfico. Então,

limitada, a idade média começou a subir e hoje eles estão preocupadíssimos com a reposição. É um negócio complicado. A Europa toda está revisando esse processo, mas enfim... Quero chamar atenção para que a definição de família foi estruturalmente modificada.

Finalmente, quero dizer a vocês que a produção em grande escala de acumulação em escala mundial vai desvalorizando o conceito de nação. Como ideologicamente o centro do sistema passa a ser ideia da acumulação de capital, veste-se isso com um novo termo: globalização. Globalização é uma grande mentira conceitual, porque, se for entendido como densidade crescente de relações entre nações, diria que isso começou quando as naus portuguesas saíram da Escola de Sagres, mas isso na perspectiva ocidental, porque na perspectiva oriental o processo de extroversão já era muito mais avançado. E, na verdade, daquele movimento iniciado pelas naus da Rota das Índias até hoje o que houve foi um crescimento significativo da quantidade proporcional comercializada.

Porém, muito mais do que isso, houve o crescimento espantosamente colossal das relações de débito e crédito, em todas as suas metamorfoses, entre os diversos países. A verdade é que todo comércio internacional de bens e serviços é uma fração infinitesimal da massa absolutamente colossal pela qual se deu a acumulação financeira à escala mundial. E quando se defende a globalização o que se defende é essa articulação financeira cósmica, digamos assim. Não se está defendendo divisão do trabalho nem integração.

Aliás, desculpem-me, vou colocar aqui uma pedra no caminho. Acho que esse conceito de BRICs é um conceito para enganar e gerar uma retórica boba, porque se somar no mesmo agregado Brasil, Rússia, China e Índia é somar alhos com bugalhos. Quer dizer, China e Índia são radicalmente diferentes do Brasil, e acho que entre Brasil e Rússia também as analogias são pequenas. Na verdade, esse conceito é feito para, de certa maneira, dividir um conceito extremamente importante geopolítico que prosperou no passado, que era o conceito Norte e Sul, ou mundo subdesenvolvido versus mundo desenvolvido. Quebrou-se isso com a ideia do BRIC. Aí, sou emergente. Emergente o quê, cara pálida? Eu acho uma brincadeira dizer que a China é igual ao Brasil, é de uma burrice transcendental. A China não completou a passagem de sua população para as grandes cidades. O Brasil já fez isso. Oitenta por cento da população brasileira é urbana e 50% é metropolitana. A China tem mais gente no campo do que nas cidades.

E a urbanização chinesa já produziu uma coisa espantosa que é a redução do lençol freático da China do Norte.

A China vive a longo prazo um problema dramático de como alimentar sua gente, vive outro problema dramático que é o diferencial imenso entre a renda do campo, per capita, e a renda da cidade. Eu vi o número, dá mais ou menos 3,3 para 1. Isso significa dizer que a migração campo/cidade na China vai continuar numa velocidade absolutamente astronômica. E por isso mesmo acho que os chineses, com muita lucidez, estão se propondo progressivamente a uma transformação geopolítica mundial, pela qual eles passariam a ser um epicentro.

Na verdade, os chineses se inspiram muito na Inglaterra vitoriana, porque eles estão querendo produzir as manufaturas tecnologicamente avançadas e importar alimentos e matérias-primas. Então, colocar o Brasil dentro do mesmo saco, faz-nos retornar à República Velha como país produtor de produtos primários, isso é assustador. Eu sempre digo que o Brasil do café tinha muitos defeitos, mas o café era nacional no seguinte sentido: quem pesquisava a nova modalidade de café era o Instituto Agrônomo de Campinas. O banco que financiava o café era brasileiro, a empresa ferroviária era brasileira, as três grandes ferrovias paulistas, o exportador de café era uma firma nacional. Hoje, a soja é de produção nacional, porém, o fertilizante não é mais nacional porque privatizaram o ramo de fertilizantes. Na verdade, privatizaram por monopólio o ramo de fertilizantes da Petrobras. A semente é cada vez mais da Monsanto. As máquinas são todas fabricadas com licença por empresas de fora do país. A verdade é que a cana-de-açúcar, que ainda era um bastão da velha guarda onívora brasileira, está sendo privatizada também e nacionalizada com uma aceleração muito grande em cima da onda do etanol.

Outro dia, vi uma firma francesa que se propõe vir para o Brasil fazer a genética da cana-de-açúcar. Isso é impressionante. Toda semente do milho está sendo feita pela Cargill. Nós estamos destruindo a nossa empresa de pesquisa agrícola, que era a Embrapa. Coisa importantíssima para este país, que está se propondo a ser celeiro do mundo, onde o povo ainda passa fome. Isso também é fantástico e, não só fantástico, como aceito com singeleza. Somos o celeiro do mundo, mas pergunto se a fome foi banida dos brasileiros. Não foi. Se vocês quiserem, poderemos sair daqui e levarei vocês lá na favela para verem o que é fome. Anunciem um prato de comida para verem o que acontece.

Mas todo esse papo da globalização soa, para economista treinado em neopolítica, como uma ressurreição neorricardiana. E para meu medo – agora eu vou falar de um medo meu –, a China é a campeã desse discurso hoje, por uma razão muito simples – e vocês pouco sabem disso: a maior parte das exportações manufaturadas chinesas são feitas por filiais norte-americanas na China. Existem mais ou menos 3 mil filiais das grandes empresas industriais americanas na China. Aí você pergunta: como foi essa transumância? Muito simples. Os americanos aprenderam, inicialmente no Norte do México, a fazer transumância de filiais para pegar mão de obra barata. Fizeram um fenômeno que foi chamado de indústria da maquiagem. Aprenderam que isso era muito bom e descobriram que era melhor fazer na China, porque a população é melhor qualificada, é muito mais disciplinada e legislação trabalhista praticamente não existe. Agora no novo plano decenal é que eles vão introduzir a legislação trabalhista na China. As empresas americanas prosperaram enormemente.

Quando olho o cenário mundial, digo que há uma transformação geopolítica em curso que não leva do G-7 para o G-20, mas retrocede para o G-2. Eu acho que o mundo é cada vez mais dominado por uma aliança entre a China e os Estados Unidos, pela qual a produção de base se faz na China e a acumulação financeira se faz em títulos de dívidas do Tesouro norte-americano, cujo maior proprietário tem 2,85 trilhões de títulos. Para desespero, o Brasil é o quarto produtor de títulos do Tesouro norte-americano, que é uma das coisas mais estúpidas que também conheço do ponto de vista financeiro.

Sabem por que é estúpida? Porque o Brasil paga o "prime" para pegar dinheiro de fora. Como é um juro altíssimo, vem muito dinheiro de fora, sobra moeda estrangeira no Brasil, e isso vai parar no Banco Central que, para financiar as reservas, banca com o juro primário brasileiro. Porém, aplica em títulos do Tesouro norte-americano não menos que 2% ao ano. Na verdade, dá 1% ao ano. Então, só nessa perda de diferença de taxa, o Brasil perde duas vezes e meia o seu orçamento de saúde. Só na diferença das taxas. E para hipocrisia do Banco Central isso foi transferido para a conta do Tesouro dando esse prejuízo, que é um negócio fantástico. Mas é que o Banco Central teoricamente dá lucro. É uma vergonha, é uma maquiagem da pior qualidade. Mas é uma operação financeira de ruína. Outro dia, vi um número: no primeiro semestre deste ano foram quase 50 bilhões de diferença entre as duas taxas. Impressionante!

Da mesma forma que o conceito de nação foi sendo empurrado para o lado, de certa maneira se faz uma coisa espantosa que é a questão econômica regulada internacionalmente por instituições ditas internacionais tipo OMC, impedindo ou dificultando proteção aduaneira, sistema de registro de patentes, que são de acesso diferenciado, e uma porção de outras. Não vou nem tocar no Consenso de Washington, mas o que eu gostaria de chamar a atenção é que, no plano das relações internacionais, nós conseguimos esconder de maneira espantosa a ideia de proteção à indústria. Passou a ser palavrão. Industrialização foi retirada do vocabulário, ou pelo menos do sonho do desenvolvimento, e a expressão política industrial foi banida quase praticamente. É impressionante o que aconteceu com esses conceitos.

Aliás, a própria ideia de desenvolvimento foi retirada de pauta, mas está conseguindo reaparecer aos poucos nas emanações da crise. Concluo, dizendo o seguinte: mudanças estruturais em nível mundial são mudanças estruturais que se repetem também em nível da tecnologia, que é cada vez mais orientada a serviço do desperdício. Na verdade, pode ser produzida em muitas direções, mas a sua produção é muito cara. Então, não interessa às empresas investir em tecnologias que aumentem a longevidade dos objetos. Uma das coisas mais impressionantes foi que, quando a Alemanha Oriental se fundiu com a Ocidental depois da Queda do Muro, havia uma fábrica de lâmpadas na Alemanha Oriental que conseguia fazer com que a lâmpada tivesse 80 a 100 vezes maior tempo de vida. Foi fechada a fábrica, obviamente. Essa ideia de tecnologia que poupa, de tecnologia que prolonga é contra a lógica da empresa capitalista. Ponto. É preciso entender isso.

Então, todo esse discurso de meio ambiente é um discurso fariseu, porque o discurso serve para justificar e manter a periferia mundial como reserva estratégica para os apetites do Primeiro Mundo. É uma brincadeira de mau gosto. Nós estamos embarcando ideologicamente nesse negócio.

Apenas diria que essas são dimensões estruturais e metamorfoses que caminham com maior ou menor velocidade. Eu posso justificar todas elas numérica e empiricamente como estão. O que quero dizer é que eu não sei qual futuro elas prometem. Porém, da mesma maneira que é muito difícil prever tufão ou choque sísmico, em contrapartida é muito fácil prever que só existe uma defesa relevante para uma situação desse tipo, que é robustecer a soberania do Estado nacional. Se você não reforçar a soberania do seu Estado nacional você

está inerme ante tendências estruturais que lhe podem golpear de maneira absolutamente pérfida.

Acho que deveríamos discutir um tema seríssimo: salvaguardas nacionais para o mundo em crise. O meu problema não é salvar o capitalismo, o meu problema é pelo menos preservar o chamado povo brasileiro que, diga-se de passagem, está entregue a um processo e a uma crueldade enorme. Pouca gente se dá conta de que a eliminação do imposto de exportação faz com que o brasileiro consuma alimento pelos preços de mercado internacional, porque do ponto de vista do produtor de carne a alternativa é vender no mercado interno ou exportar; do produtor de soja, vender no mercado interno ou exportar. Nós cancelamos o imposto de exportação, o qual deveria ser utilizado para estabelecer dois preços diferenciados. Um preço pela parcela exportada e um preço para venda. O preço da parcela exportada seria o preço internacional menos o imposto de exportação. De novo aí está um imposto muito mais inteligente para bancar os gastos com saúde do que pensar na CPMF. Se bem que sou até favorável a restaurar a CPMF.

Mas a chamada Lei Kandir é uma lei antinacional e antissocial da pior qualidade. Fico impressionado porque ela caminha por aí praticamente sem oposição. Fico impressionado com o discurso da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que acho um discurso fariseu, porque a Fiesp, diriam vocês, está perdendo com o câmbio muito valorizado. Mas empresas patrimonialmente estão ganhando muito com o câmbio muito valorizado, porque elas estão comprando ativos no exterior.

Aliás, outra das bobagens que o país vem fazendo é a ideia de defender a internacionalização das empresas nacionais brasileiras. Colocou-se inclusive o BNDES, do qual fui presidente, a serviço dessa diretiva, que considero absolutamente idiota. O que interessa ao Brasil que o Gerdau se instale por todos os lados ou que a Vale do Rio Doce vire uma mineradora mundial, explorando na Mongólia ou assumir o controle do níquel? Não, primeiro desenvolva Carajás e depois desenvolva a outra província mineral que está por trás da reserva ianomâmi. A Vale é uma empresa do Brasil, mas ela quer ser multinacional. E como você coopta a população brasileira para isso? Intoxicando com as virtudes da globalização. Que bacana ter a Petrobras comprando uma refinaria no Japão, mas atrasando a produção das refinarias ou não instalando novas refinarias no Brasil. Eu acho tudo isso uma grande e terrível mentira. Como eu morro de medo que o meu Brasil volte a ser uma República Velha

e, além de celeiro do mundo, vire exportador de petróleo, porque nesse caso nós transferimos o Oriente Médio para o Atlântico Sul e, quem sabe, nosso destino é um Iraque no futuro?

Estou querendo bancar o pessimista para dizer que um partido que se propõe a repensar o Brasil tem uma pauta colossal, e um partido nacional tem um princípio: "Mateus, primeiros os teus". Ou seja, em primeiro lugar, antes de virar celeiro do mundo, vamos eliminar a fome dos brasileiros. Estou recomendando uma bobagem: que nós nos empenhemos em restaurar o imposto de exportação, criar com ele um fundo que dê apoio a programas sociais. Quero dizer que nada será mais difícil do que fazer isso. Podem estar absolutamente certos. Muito obrigado.

WILSON CANO

Professor Titular do Instituto de Economia da Universidade de Campinas



Concordo quando dizem que economista não deve querer bancar a Pitonisa, a cartomante, e tentar perscrutar o futuro, porque o futuro é absolutamente incerto. Contudo, como vou passar muito rapidamente pela crise internacional, porque não vou tratar dela, devo dizer, por razões da minha profissão, da minha responsabilidade, que, na minha visão, essa crise é benigna no sentido de que não estou vislumbrando uma depressão violenta, embora ela possa ocorrer. Contudo, os instrumentos que já foram usados até o momento tiraram, digamos assim, do painel de instrumentos desse avião que é a economia internacional, algumas possibilidades. Refiro-me mais especificamente ao caso norte-americano em que o patamar tão baixo da taxa de juros, o estrago com a dívida pública e com o déficit que eles praticaram e as atitudes do Partido Republicano parecem nos autorizar a pensar que eles esgotaram as possibilidades no âmbito da política monetária e da política fiscal, o que, portanto, vai dar asas a um expediente que, aliás, já estão usando e vão usar pela terceira vez, que é o tal do QE, agora QE-3, no sentido de emitir bastante papel verde. É o pouco das saídas que sobraram a eles, e essa emissão de papel verde, evidentemente, vai desvalorizar ainda mais o dólar, tornando isso benéfico para as exportações norte-americanas, e extremamente maléfico para nós, porque isso evidentemente reforça a valorização do real.

Além da desaceleração econômica dos Estados Unidos, a União Europeia também está palmilhando um caminho de desaceleração, de muito baixo crescimento, e com problemas ainda mais difíceis, dado que a construção da União Europeia, principalmente através

do Tratado de Maastricht, fixou determinados parâmetros de déficit público, dívida, inflação etc. e tal, que estão agora se voltando contra eles mesmos. Então eles estão num dilema de como sustentar o euro, que aliás é uma criação totalmente artificial. Como se pode ter uma moeda sem um Estado? É a pergunta que deveria ser feita no momento do seu lançamento. O que se pode vislumbrar, portanto, é a desaceleração e complicações.

Ora, essas duas complicações dos Estados Unidos e da União Europeia fazem com que eles, evidentemente, como uma tábua de salvação, ou pelo menos como um vetor de salvação, para evitar um debacle ainda maior é se tornarem ainda mais agressivos no mercado internacional. O que é ainda pior para nós no Brasil.

Resta a China como um terceiro polo, que sabidamente o Partido Comunista chinês no último congresso alterou as bases do crescimento do país, voltando-se mais para o mercado interno. Porém, a China tem uma coisa muito real hoje em dia, ela tem um problema populacional muito sério, ela tem um problema muito sério de distribuição de renda, e ela tem um outro problema ainda mais grave não para uma economia socialista, mas para uma economia capitalista, é que montou uma extraordinária capacidade produtiva industrial e tem que dar conta disso. Ou seja, a China vai se tornar ainda mais agressiva no mercado internacional.

Lembro, contudo, que a China hoje não é mais a China vendedora de sapato vagabundo e de camiseta de 3 por 1 dólar. A China, hoje, embora detenha apenas 8.5% do PIB mundial, detém 14% da produção industrial de bens de alta intensidade tecnológica. A pauta exportadora chinesa não é mais camiseta e sapato vagabundo. Essas coisas permanecem na pauta dela, sim, mas ela está exportando computador, máquina agrícola, equipamento de medicina, automóveis, enfim, diversificou extraordinariamente sua pauta, é uma pauta de exportação de país industrializado. E ela provoca com a gente exatamente o contrário. A China tem como nós uma terceira cara, digamos assim, da sua relação econômica internacional. Ela tem a cara inglesa do século XIX, vitoriana. Ela nos exporta 100% em manufaturados e nos importa 100% em produtos primários, alimentos e minérios. E isso não é só com o Brasil. Se vocês pegarem a pauta argentina, a mexicana, a peruana, a colombiana, é a mesma pauta estruturada basicamente em produtos primários.

BRASIL. Eu gostaria de início dizer que não estamos apenas numa sequela ou numa repetição da crise de 2008/2009. Estamos, na verdade, enfrentando uma cri-

se que já dura 31 anos. A nossa crise vem, na verdade, do final dos anos 1970 e do início da década de 1980. Passamos por situações estruturais e circunstanciais diversas. Naturalmente, os anos 1980 foram uma coisa, os anos 1990 foram outra, e 2000 uma terceira coisa, contudo, a tendência foi uma só, ou seja, uma tendência depressiva, uma tendência de baixíssimo nível de crescimento econômico e, pior do que tudo, uma tendência em que, gradativamente, o Estado foi se alijando dos seus antigos objetivos nacionais.

Desde Vargas, o Estado brasileiro teve um objetivo nacional que era o de industrializar a economia do país. E esse objetivo, infelizmente, a partir dos anos 1980, foi sepultado e jogado fora. Não porque não se fizessem políticas industriais. Fizemos até várias. Temos aí na gaveta três ou quatro propostas de políticas industriais até mesmo interessantes, querem fazer farma, "koships", porém, algo que sempre me intrigou muito é como esses economistas que estão à testa dessas áreas das grandes tomadas de decisão não se dão conta de uma coisa tão trivial, tão banal para nós, economistas críticos, que é o seguinte: se eu não tenho controle sobre a moeda nacional, se eu não tenho o meu controle sobre o crédito nacional ilimitado, se eu não mando na taxa de juros e se eu sou subordinado pela taxa de câmbio, eu não posso fazer nem praticar nenhuma espécie de política setorial ou regional no país, porque simplesmente estou subjugado pela política macroeconômica que foi imposta à economia brasileira.

É preciso, portanto, se repensar toda essa questão. Essa pauta é imensa, como disse o Lessa. Nós tivemos em 1929 um fato sumamente extraordinário e marcante. Éramos todos liberais, éramos todos livres cambistas, éramos todos primários exportadores. Mas o problema é que, em 1929, a depressão foi muito danosa, dolorosa e longa e, em 1929, o sujeito que está sentado ali na cadeira nº 1 ou enxerga aquilo e resolve fazer alguma coisa ou ele é simplesmente posto para fora da cadeira por um pontapé, um tiro, um assassinato, um golpe, ou mesmo uma eleição, como vários deles sofreram.

Em 1929, contudo, ainda era possível se fazer isso, dado que o estrago internacional foi imenso, foi colossal, e era um outro mundo diferente do mundo de hoje. Nós não estamos mais em 1929, em que pese que poderemos eventualmente correr o risco, sim, de uma prolongadíssima recessão, ou até mesmo de uma depressão. De qualquer forma, estamos numa situação muito diferente.

A minha amiga Conceição Tavares chamou atenção para um ponto muito importante: agora, diferentemente de 1929, não é um Roosevelt que está à testa da política americana. Agora é o Partido Republicano que está mandando efetivamente no executivo americano. Uma situação completamente diferente da situação de 1929.

Àquela época, o Estado assumiu o que Keynes mostraria anos mais tarde na Teoria Geral, ou seja, o Vargas vai se antecipar, na verdade, à Teoria Geral e vai fazer coisas que lá estão, que é a administração econômica do investimento pelo Estado, que é a condução do investimento pelo Estado, que é a orientação, é o Estado imbuído de vários papéis ao mesmo tempo. É o Estado produtor, o Estado indutor, o Estado estimulador, o Estado orientador e o Estado coordenador.

Ora, nós jogamos tudo isso na lata do lixo. O Ministério do Planejamento, hoje, transformou-se num escritório de contabilidade em que se medem ativos e passivos e mais nada. Escritório de contabilidade pública e do Tesouro. Nós liquidamos a nossa capacidade de planejamento, mas ela precisa ser restaurada, evidentemente. Estamos com 350 bilhões de reservas e com isso cantamos como galo, achando que a nossa vulnerabilidade externa acabou, é um problema do passado. Eu chamaria atenção de que nós temos 400 bilhões de investimentos em carteira e que esse é o chamado capital motel. Ele pode sair durante a madrugada. E o nosso passivo externo líquido atingiu, nos últimos meses, a cifra assustadora de 800 bilhões de dólares.

A nossa política de administração da dívida pública é aquilo que chamávamos antigamente de política de enxugar gelo. Na relação paramétrica dívida-PIB ela pode até cair, como tem caído, mas tem caído mais em função de diferenciais da taxa de inversão e da política de juros do Banco Central e da taxa de crescimento do PIB, e não de uma redução propriamente dita da massa de dinheiro envolvida na dívida. Este ano, aliás, a conta de juros deverá ser em torno de 220 bilhões de dólares, o que é uma soma simplesmente fantástica.

A distribuição de renda, que melhorou, graças a Deus, contudo não está galgada em reformas estruturais, salvo no que tange a questão da aposentadoria rural, que decorre da Constituição de 88. O salário mínimo e o bolsa família, que foram dois elementos extremamente importantes nessa melhoria que houve, são entretanto suscetíveis de decisões diversas de política econômica, independendo do andar da carruagem e de quem a estará dirigindo. Não tocamos, na verdade, na questão estrutural, na questão da posse dos ativos.

Esse quadro de crise de 30 anos levou-nos a desindustrializar o país. E vou passar umas três ou quatro cifras para que os senhores se deem conta da gravidade disso. Dois mil e cinco foi o último ano em que nós tivemos superávit comercial na exportação de produtos manufaturados. Foram 3 bilhões de dólares. Em 2010, nós tivemos 35 bilhões de déficit e, no primeiro semestre deste ano, as contas já chegam ao déficit de 22 bilhões de dólares. Portanto, ameaçando chegar em 40 bilhões, um pouquinho mais. Os maiores déficits se situaram, entretanto, em alta tecnologia, 15 bilhões, de média para alta, 24 bilhões, e de média para baixa, quase 2 bilhões de dólares. Ou seja, na verdade o déficit foi de 40 bilhões, em parte reduzido para 22, graças à exportação de galinha, celulose, papel, enfim, produtos agroindustriais que tiveram ainda um saldo positivo.

Contudo, três velhos conhecidos nossos, têxtil, confecções e calçados, que sempre ostentaram um superávit comercial na balança, neste primeiro semestre apresentaram, pela primeira vez na história recente do Brasil, um déficit ainda que de tamanho modesto.

Na produção industrial, os dados são muito esclarecedores. A proporção entre o valor de transformação industrial e o valor bruto da produção, que é um indicador de capacidade de agregação de valor, apresenta um sentido descendente. Era de quase 47% nos idos de 80 e hoje se reduz a algo em torno de 43, 43,5% apenas. A proporção de produtos manufaturados na pauta exportadora, que chegamos a ostentar quase 60% em anos próximos a 2000, reduziu-se no momento atual a apenas 36%. É um dado simplesmente assustador para nós que estamos familiarizados com essas cifras e com esse fenômeno. Ou seja, a desindustrialização precisou, no caso brasileiro, chegar a tal ponto para que agora não seja mais feio nem idiotice de economista desocupado falar em desindustrialização. Ela está aí, não está mais atrás da porta, é um quadro visível.

Não sei se devo ter a ousadia de dizer que lamento não estarmos em 1929. Por que digo isso? Porque quando a crise é severa, dura e prolongada, o liberal perde o emprego, é expulso da sala. Ele não tem mais o que fazer na verdade, porque ele não tem como fazer aquilo que fazia, ele não tem mais divisas, não tem mais capacidade de endividamento, não tem nada. E é o momento, portanto, em que naqueles países, que têm certas dotações de recursos, certa capacidade produtiva, certa capacidade de ação, e, acima de tudo, que tiverem liderança, mas liderança

autêntica, como este país teve em Vargas, como o México teve em Cárdenas, então essas lideranças sabem aproveitar corretamente aquele momento.

Se tivéssemos uma crise um pouco mais dura, acredito que lideranças nacionais poderiam se levantar e tentar fazer um outro arranjo nacional. Ou seja, para que se possa finalmente tentar elaborar um novo projeto nacional de desenvolvimento econômico que, no meu modo de entender, deveria pautar-se por dois vetores fundamentais: primeiro, ter como balizamento nº 1 explorar aqui o que temos de maior que é o nosso mercado interno, e que cujos investimentos são na verdade poupadores de divisas, não são gastadores de divisas. Uma ampla política habitacional, porque nossa política habitacional nasceu na verdade como política cíclica no bojo da crise de 2008/2009. É preciso transformá-la numa política nacional de habitação, e isto seria um grande projeto nacional de crescimento econômico, porque a casa reativa todo o espectro da produção industrial, o saneamento básico, a educação (porque a educação brasileira em grande parte hoje é uma fraude), a saúde pública, em que pese o surgimento do SUS e de atitudes mais recentes de alguma melhoria na política nacional de saúde. Aquele que tiver curiosidade, que frequente os corredores de alguns hospitais públicos para ver se seria tolerável para ele e sua família ali permanecerem, como permanece grande parte da população brasileira. Ou seja, aquelas coisas que dizíamos: "Não, mas se fizer isso aí vai morrer gente na fila, vai ter criança que não vai ser atendida e vai morrer". Não, essas coisas agora estão na página policial dos jornais diários brasileiros. Crianças e velhos que morrem porque não podem ser atendidos ou porque não tem médico no plantão, porque não tem equipamento ou o Raio X está quebrado.

O segundo vetor de crescimento está calcado, a meu juízo, numa política decisiva de exportações. E para isso temos que evidentemente fortalecer, sobremodo, o Estado nacional no que tange a uma política industrial e uma política de exportações. Por quê? Porque sem uma dose muito forte de ciência e tecnologia dirigida, selecionada, para determinados segmentos produtivos, realmente não vamos exportar mais nenhum par de sapatos.

A China detém hoje 7,5% da produção científica internacional. Detém 1% dos artigos escritos em revistas científicas, em que pese a sua maioria ser escrita em chinês. Em RD já estão com 2% no PIB. Então, é preciso um grande esforço nestas três coisas, no meu modo de entender: esforços de ciência e tecnologia dirigidos, não

pode ser para tudo, nem para todos, há que se montar uma estratégia nacional; a diversificação e expansão de exportações e a tônica do mercado interno, porque essa pode ser real e extremamente generosa para este país, simplesmente porque temos tudo por fazer no que tange a habitação, saneamento, transporte coletivo, educação e saúde pública. Isso não é fácil, mesmo porque nesses 30 anos nós acumulamos déficits extraordinários de realização de investimentos que não foram feitos e que o próprio Governo fez um estudo em 2008, mostrando as necessidades de investimentos setoriais da economia brasileira e a conclusão a que chega esse estudo é terrível. Se quiséssemos apagar com a borracha nos próximos 20 anos o que deixamos de fazer nesses 30, a taxa de investimento teria de ser aumentada em 60%. O que lamento dizer que isso é hoje absolutamente impossível.

Então, sem priorização, que é uma palavra muito velha, muito antiga, mas que era utilizada eficientemente outrora no Estado, sem uma criteriosa priorização dificilmente conseguiremos produzir algo realmente necessário, responsável e importante e relevante para o país. Muito obrigado.



A crise mundial e a economia brasileira

EXPOSITORES:

MÁRCIO POCHMANN
Presidente do Instituto de
Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

THEOTONIO DOS SANTOS
Professor Emérito da
Universidade Federal Fluminense

MODERADOR:

CARLOS SIQUEIRA
Presidente da Fundação João Mangabeira

CARLOS SIQUEIRA

Presidente da Fundação João Mangabeira – FJM

Dando continuidade ao nosso debate de hoje, passamos a palavra ao companheiro Theotonio dos Santos, excepcional professor e acadêmico, conhecedor da teoria econômica, mas, sobretudo, identificado com as posições políticas do nosso partido, o PSB, e, muito mais do que isso, com interesses do nosso país e do nosso povo.

Em seguida, passaremos a palavra ao Márcio Pochmann e também agradecemos imensamente sua presença dizendo que é um privilégio tê-lo entre nós por tratar-se de um dos quadros da nova geração, da melhor qualidade intelectual e política.

THEOTONIO DOS SANTOS

Professor Emérito da Universidade Federal Fluminense



Quero fazer um enfoque da crise na direção de um esforço de pesquisa, de trabalho que fazemos já há um bom tempo, procurando pensar a economia mundial, o sistema mundial como uma grande unidade na qual estão os Estados nacionais, as nações, as várias realidades locais, de tal forma que pensamos assim corresponder inclusive ao título mais diretamente sobre a crise econômica e a realidade brasileira, seus impactos no Brasil e a relação do desenvolvimento brasileiro com essa estrutura econômica mundial.

Na verdade, desde que se formaram as grandes civilizações modernas, elas se constituíram em torno de um grande desenvolvimento comercial de interação entre as economias existentes não como nações – o fenômeno da nação é um fenômeno muito mais moderno – mas como unidades econômicas mais próximas.

Hoje temos muita clareza de que, durante 10, 15 séculos antes de Cristo, já tínhamos um grande desenvolvimento comercial na zona afetada ali pelo Egito, Babilônia, Índia, China etc., e vai se formando no século V a.C. a grande rota da seda – da qual os chineses hoje tanto falam e querem em grande parte refazê-la –, que vinha desde a China até o Mediterrâneo. Uma grande economia internacional extremamente importante.

Essa economia foi depois apropriada em grande parte pela expansão do mundo islâmico. Se vocês lerem "As 1001 Noites" verão muita história da China. O mundo árabe chegava até lá e dominou esse comércio fortemente e a expansão europeia, nos séculos XIV-XVI, que deu origem a esse mundo moderno, foi feita em grande parte confrontando-se com essa economia que era

mundial e extremamente forte. E se expandiu, então, como sabemos, aqui na América Latina pela via marítima. Expande-se pelo Atlântico e depois lança-se no mundo, no Oceano Pacífico, e termina controlando toda a economia mundial e subordinando toda essa economia com um elemento muito importante que é o aparecimento da América. As Américas não estavam ligadas a esse sistema, a essa economia mundial. E nas Américas onde já existiam civilizações extremamente avançadas. Isso tem muito a ver com o que se passa hoje politicamente aqui na América Latina.

Recentemente, no Peru, por exemplo, foi encontrada a civilização karau e os dados revelam que estava já constituída como centro urbano muito importante três mil anos antes de Cristo, na época em que surgia a China, na época em que surgia o Egito etc. Em alguns casos, até mesmo antecipando essas civilizações. E hoje a redescoberta dessas civilizações está em marcha, descobrindo inclusive um comércio muito grande que ia até a Amazônia e chegava até a costa do Pacífico.

Tudo isso nos mostra que as unidades locais etc. não tinham essa independência que a literatura histórica tanto insistiu, sobretudo muito inspirada no fenômeno do feudalismo europeu e na força dos feudos na Europa, que eram relativamente fechados. Porque também na Europa já existia um comércio importante que era feito exatamente pelos italianos, que foram os grandes intermediários para levar para a Europa os produtos que vinham do mundo asiático.

Por que isso é importante? Porque mostra que o enfoque para compreender alguns problemas e o funcionamento das economias precisa passar por esse redimensionamento. Os europeus assumiram a liderança econômica, pouco a pouco, depois dos séculos XIV-XVI, e a descoberta da América. Fomos nós que demos aos europeus um poder extraordinário. O que seria a revolução industrial da Inglaterra sem o ouro de Minas Gerais, por exemplo? Não é porque eu seja mineiro, é porque realmente o ouro de Minas Gerais foi importante. A maior renda per capita do mundo estava ali. Sem falar da prata mexicana ou da prata boliviana, que permitiram à Europa dispor de uma expressão de excedente econômico muito importante que permitiu a ela exercer um papel tão significativo dentro da economia mundial. Sem falar dos meios concretos e econômicos no papel das matérias-primas, como a cana-de-açúcar e outras, que permitiu que os europeus tivessem açúcar e uma fonte energé-

tica tão importante durante os invernos, onde dificilmente se podia ter uma atividade econômica mais forte.

Então, essa descoberta da América e depois o fenômeno fantástico do escravismo que possibilitaram mobilizar milhões de escravos africanos para as Américas e aqui construir uma economia mundial, uma parte fundamental da economia mundial. Porque os neoliberais nos convenceram de que éramos economias fechadas e só agora estamos nos abrindo. Não, nós fomos criados como economias abertas, voltadas fundamentalmente para a exportação. Fomos organizados economicamente para exportar para a Europa, basicamente. Mas também o caso do México, por exemplo, tem uma relação forte com a China, com a economia asiática, que era muito importante na época.

Nós fomos criados fundamentalmente como economia moderna, como economia exportadora. A economia que se tinha desenvolvido nas Américas, com as civilizações indígenas, foram esmagadas. Tivemos gigantescas quantidades de indígenas levados para as minas, para as economias exportadoras ou gente trazida da África, maciçamente, para organizar a nossa economia exportadora. Então nós somos parte, já nos constituímos como nação, como organização econômica, nesse contexto internacional.

Mas nós não tínhamos o comando desse contexto. O comando estava exatamente na Europa e nos organizamos em função de uma divisão do trabalho mundial em que ocupávamos basicamente o papel de atender a demanda europeia, demanda de metais preciosos. Fomos grandes exportadores de prata, ouro, mas também matérias-primas de grande consumo na Europa, que foram constituindo economias relativamente fortes.

O Nordeste brasileiro, por exemplo, é uma zona de grande desenvolvimento econômico nos séculos XVII, XVIII. Hoje a tendência de ver o Nordeste como uma região de pobreza é porque houve uma decadência. O Nordeste foi um grande centro exportador, grande centro organizador da economia açucareira no mundo, um grande centro mundial. E a presença holandesa no Brasil fez parte dessa organização da economia nordestina para exportar e atender às necessidades europeias.

Isso gerou unidades econômicas importantes e é muito significativo, porque hoje de manhã estávamos discutindo voltar à República Velha. Voltar a ser exportador de matéria-prima é voltar aos séculos XVIII, XIX, períodos nos quais tivemos

uma importância muito grande na economia mundial. No final do século XIX, fomos uma economia exportadora muito significativa e tivemos, inclusive, uma participação na economia mundial muito forte.

Essa economia não trouxe para nós uma solução de longo prazo, porque ela exatamente permitia uma concentração da base da exportação, das minas, das terras etc., a formação de uma elite muito significativa, que é uma classe dominante que vivia em função da Europa, não tinha preocupação tão grande de formar uma elite local. Apesar de, por exemplo, no mundo da América hispânica organizarem universidades desde o século XVI, porque tinham de formar os indígenas, uma população massiva, uma população que realmente tinha um peso muito grande e estava organizada, eram milhões, e eles tinham que ganhá-los para organizarem a economia exportadora. E para ganhá-los, as universidades, os seminários feitos pelos jesuítas e franciscanos foram os instrumentos principais para organizar essa população indígena, para criar essa grande economia exportadora.

Então, no processo da revolução industrial, tivemos um papel crescente. A revolução industrial aumentou a demanda de matérias-primas de uma maneira impressionante. Se tomarmos, por exemplo, o caso da Inglaterra, ela passou a ser o centro da economia mundial no século XIX e a demandar quase todo o consumo. A Inglaterra foi abandonando progressivamente sua produção agrícola, que foi tão importante no seu crescimento nos séculos XVI, XVII, XVIII. Neste último já começa a abandonar e no XIX abandona totalmente. Como também os espanhóis e portugueses tinham abandonado sua produção agrícola e mesmo suas manufaturas, porque passaram a viver do ouro, por exemplo. Os portugueses, com o ouro, compravam da Europa o que quisessem. Para que produzir? É muito mais negócio dominar e extrair esse ouro e com isso tenho a Europa aos meus pés. Tenho, até certo ponto.

Estou chamando atenção para esse fato para vermos que historicamente a coisa não é tão simples como às vezes se pretende. Por exemplo, toda vez que levantamos historicamente os limites do domínio e da hegemonia norte-americana, sempre vem essa resposta: porque você tem o desejo da queda dos Estados Unidos. Não tem nada a ver, isso tem a ver com a experiência histórica. Todos os grandes centros imperiais que se desenvolveram, histórica e milenarmente, mas, sobretudo no período da expansão do capitalismo mundial, se transformaram em economias parasitárias, exatamente porque passaram a viver muito mais da extração de rique-

za nas colônias do que no seu próprio desenvolvimento industrial e no seu próprio desenvolvimento no caso das manufaturas etc. antes da indústria.

Imaginem nos anos 1940, pensar que o Gandhi, como diziam, um pobre magrinho e tal, como pôde derrotar o Império Britânico? Impossível de acontecer. Pois bem, 5, 6, 7 anos depois o Império Britânico tinha que se curvar à grande mobilização que Gandhi fez.

A nossa ciência chamada econômica, política, não toma muito em consideração o fenômeno do pós-guerra, pós-II Guerra, da descolonização, visto como fenômeno secundário na economia mundial. Então, nós temos as seguintes situações que estão vinculadas à ideia de que se criou uma economia permanente, que vai ser assim sempre.

Em primeiro lugar, toda ciência social procura mostrar – e os nossos antropólogos especialmente –, que a civilização é um produto do capitalismo, da economia liberal, que criou uma economia que é tão eficiente que submete o resto do mundo a ela. Então, o resto do mundo não tem condições de competir com essa economia. Resultado: a ideia de que a história moderna, a civilização é um fenômeno concentrado sobretudo na Europa, nos Estados Unidos e depois numa coisa complicada, que é o Japão, que não é muito dentro da ideia do que seriam os povos dominantes. Mas, vejam bem, isso leva à seguinte deformação: são vários os livros, várias as obras, várias as pesquisas que dizem que a história prescinde totalmente da China. Agora a China é talvez o fenômeno mais espantoso de história, são 3 mil anos de história contínua que aparece na nossa literatura científica como povos a-históricos, que não têm história. Quem tem história são os Estados Unidos, que têm 200 anos de história. Os europeus se transplantaram ali e ali se cria uma história. A histórica Índia também não faz parte da história.

Agora vejam vocês o efeito sobre o problema político. O Estado moderno, o grande Estado nacional é um fenômeno europeu. O Estado liberal, a relação comercial liberal no século XIX foi o auge do liberalismo em que as economias funcionavam num mercado livre. A China, a Índia, a Indonésia, as grandes unidades econômicas do mundo não podiam exportar senão para aqueles que as tinham submetido, elas eram colônias. E elas não faziam parte, portanto, de uma economia liberal, de uma economia de livre mercado. Que livre mercado é esse que você só pode ter mercado com o seu colonizador? Mas todos os livros que se consagraram dizem que o século XIX foi o auge do livre mercado. Isso se prolonga até os nossos

dias. Não havia livre mercado, havia realmente uma economia baseada no domínio militar e na ocupação colonial.

E eles apresentam, por exemplo, o pós-guerra, todo esse período como um período do fim dos Estados nacionais. Vejam só, nesse momento surgiu o Estado chinês, com um pouco menos de um quarto da população mundial. O Estado hindu, com mais ou menos por aí também. Esses Estados não contam quando se fala na era dos grandes Estados nacionais. Houve uma decadência do Estado nacional quando emerge o Estado chinês, o Estado hindu, o Estado indonésio, quando emergem vários Estados nacionais na África também de grande peso, quando o velho Egito volta a ser um Estado nacional e se conforma como Estado nacional.

Os anos 1950, 60, 70, são anos de constituição de Estados nacionais, dos mais poderosos, não naquele momento, mas historicamente, e estão voltando a ser os mais poderosos outra vez. Quando em Bandung, em 1955, se reúnem os dirigentes do chamado Terceiro Mundo, China, Índia, Indonésia, Egito, a presença da Iugoslávia, que representava uma Europa posta de lado, os bálcãs, quando eles se reúnem definem-se, primeiro, contra a divisão do mundo não necessariamente em dois tipos de economia também, em duas forças que estavam se confrontando no mundo e eles então se colocam não como uma terceira posição, como se diz hoje, mas como uma postura não alinhada. E se opõem à confrontação da chamada Guerra Fria. Essa foi a primeira posição deles.

É interessante, porque a Guerra Fria terminou há 20 anos, como se fosse uma grande vitória do capitalismo no mundo! Na verdade foi o capitalismo que criou a Guerra Fria. Os soviéticos não tinham nenhuma ideia de manter uma guerra com a Europa, com os Estados Unidos, absurdo para um país que tinha perdido 20 milhões de pessoas, uma situação terrível econômica, social e politicamente. Stalin esperava que os Estados Unidos fossem ajudar a reconstrução do seu grande aliado. Stalin não tem nada a ver com a Guerra Fria, ele era totalmente contra, quer dizer, nem pensava nessa hipótese. Churchill colocou a questão de que os americanos, tinham que conter a expansão soviética. Daí se gerou a Guerra Fria.

No entanto, o fim da Guerra Fria é apresentado como uma vitória daqueles que a criaram e que não queriam acabar com ela. No auge dos anos 1980, quando termina a Guerra Fria, o sr. Reagan estava falando de um mundo de confrontação com a União Soviética, que ainda era sua visão de mundo. Mas também o fim da Guerra

Fria é uma vitória do movimento não aliado e que sofreu, contudo, uma onda de restrição muito grande desse movimento.

Para concluir essa questão, a verdade é que tinham visto essa região do mundo como impotente, sem condições de intervir no mundo e eis que ela está de volta, e é o espírito de Bandung que volta, porque uma das reivindicações principais, exatamente desse movimento, era de que eles eram expressão de grandes civilizações e não podiam se submeter ao domínio ocidental. E a América Latina, que não estava em Bandung, mas que vai entrar no processo Bandung pela luta econômica, vai vincular-se, sobretudo, com a Ásia e a África e vamos assistir, na década de 1960, a essa união entre a África, Ásia e América Latina extremamente importante, que vai levar nos anos 1970, quando se inicia a crise norte-americana, à crise da hegemonia estadunidense.

Em 1971, os Estados Unidos deram um cano colossal na economia mundial. Viram-se obrigados a entregar uma determinada quantidade de ouro por 35 dólares, e esse era um acordo feito depois da II Guerra, e os Estados Unidos estavam em processo de dívida crescente disseram: não troco mais. E quanto valia o ouro no mercado? Os 35 dólares que os Estados Unidos pagavam no mercado eram 300 e tantos dólares. Então, quem tinha 35 dólares e podia trocar por uma onça de ouro, agora tem que ter 300 e tantos dólares para trocar. Chama-se desvalorização colossal de uma moeda e isso é um cano universal. E não foi a primeira vez.

Os Estados Unidos, já no final do século XIX, tece sua expansão ligada a um grande cano que deu às dívidas com a Inglaterra, enfim, uma história de não pagar muito conhecida, que é apresentada na economia e na política mundial e todo mundo aceita. Você tem hoje um processo de meios de comunicação em que ficam repetindo, repetindo e as pessoas vão aceitando tais verdades contra toda a história, contra todo o conhecimento histórico que temos.

Então, nesse processo, as zonas que foram consideradas as mais atrasadas – e aí está o Brasil – tiveram, sobretudo, durante os anos de 1930 para cá, um protagonismo na economia mundial pelo menos do ponto de vista do crescimento econômico. Nós crescemos muito mais do que as economias centrais, sendo que o Brasil esteve entre os países que mais cresceram no mundo.

Isso que foi visto sempre como uma coisa boa, é produto do atraso, porque atrasado aparece mais o seu crescimento etc. e porque o nosso crescimento ainda

não ameaçava o domínio norte-americano. Depois da II Guerra, os Estados Unidos tinham 45% do PIB do mundo, 43% do comércio mundial, 70% do ouro do mundo. Na década de 1970, quando há o desgaste dessa economia já emergente, os Estados Unidos não tinham ouro suficiente, não tinham mais o mesmo poder que detinham depois da guerra, de definir a situação econômica do resto do mundo. Inclusive ultimamente dizia-se muito que os Estados Unidos quando davam um espirro, o resto do mundo tinha uma pneumonia, agora, de dentro do próprio FMI já começam a sair vários artigos, dizendo: não, realmente agora os Estados Unidos não podem provocar mais um efeito tão forte. Exato. Isso não quer dizer que a economia americana ainda não seja a economia principal do mundo. Claro que ainda é, mas num processo histórico de emergência e de novas forças econômicas no mundo e dentro dessas forças econômicas aquelas que foram parte da descolonização e da formação de alguns dos mais poderosos Estados modernos.

Nesse contexto, o Brasil teve um papel extremamente significativo e, inclusive, gerou certos mecanismos de intervenção econômica etc. dos mais importantes entre os anos 1930, 40, 50. Já na década de 1960, a grande crise de 60 a 64, a vitória de uma contrarrevolução paralisou as forças que estavam dirigindo o Brasil para essa grande expansão. Como já foi mencionado, o Brasil entrou numa fase de perda de crescimento econômico muito grande, apesar de que houve um período de crescimento entre 1967 e 1974, chegou até 1980 por meio de um endividamento muito forte, mas na verdade nós entramos progressivamente numa linha de abandono de políticas de afirmação da economia nacional brasileira nesse contexto mundial.

Essa situação se prolongou até os anos 2000, que foram muito importantes na quebra dessa vitória neoliberal no final da década de 1980, que foi impondo ao mundo essa ideia de que ele se transformava num mundo liberal, de livre mercado outra vez, numa fase histórica em que estavam exatamente em afirmação grandes economias nacionais, Estados extremamente importantes no mundo e junto com isso a grande expansão do monopólio.

Se a economia monopólica já era importante no começo do século XX, nos anos 80, 90 estávamos diante de um gigantesco controle do monopólio da economia. Tentar reconstruir uma economia de livre mercado, se é que existiu alguma vez, nesse contexto? Digamos assim, numa primeira reflexão, é uma proposta sem pé nem cabeça, não tem nenhum sentido, nenhuma possibilidade. Contudo, assistimos a um processo inclusive de conformação de uma intelectualidade que

às vezes chegou a ter uma certa compreensão do que estava acontecendo, vai se aproximando dessa visão e começa a valorizar isso como se fosse a teoria econômica, a visão do mundo, você tentar recompor um ideal político e econômico do século XVIII, e ainda por cima ter a coragem de dizer que quem estava pensando o mundo do ponto de vista das economias monopólicas, das grandes confrontações entre os vários setores da economia mundial, era gente atrasada, gente que estava no passado.

Há pouco tive uma discussão com o Simon, meu colega; "Não, porque você está mantendo coisas dos anos 50". "Mas Simon, você está falando do século XVIII, você está falando de antes de 1800. Então eu é que sou atrasado e você é o moderno? Não estou vendo onde está essa modernidade". Que é de fato o que todo esse pensamento representou, uma pretensão de que voltar ao século XVIII era ser mais moderno do que incorporar todas as mudanças que o próprio capitalismo teve que fazer do século XVIII para cá ao se afirmar como economia mundial, sobretudo a partir de uma economia monopólica, que é o centro da economia mundial contemporânea.

Então, para concluir, nesse contexto mundial, o Brasil entrou nos anos 90, sobretudo, numa visão realmente de participar dessa pretensa economia de livre mercado no mundo. E, em torno disso, abandonou suas políticas industriais maciçamente, adotou políticas cambiais, porque deixou-se de ter uma política cambial. Pensem bem quando no Plano Real estabeleceu-se que o real era 85 centavos de dólar, nem um real por dólar, mas 85 centavos. O real era moeda mais forte que o dólar, digamos assim, simbolicamente, e tentou-se manter isso. Conseguiu-se manter, inclusive, por um longo período, até que em 1999 a coisa estourou totalmente, porque não correspondia a nenhuma realidade. Mas foi uma política do Estado brasileiro. Como ia se manter um real por um dólar sem uma forte intervenção do Estado com um custo altíssimo para o país? Porque isso levou uma economia que era superavitária, que exportava mais do que importava a ser uma economia deficitária que importava muito mais do que exportava. E que para cobrir esse déficit tinha que abrir caminho para a entrada de capitais do resto do mundo, mas não para investimento produtivo, e sim para que o Estado pagasse esses capitais diretamente a taxas de juros mais altas do mundo.

Acho que precisamos muito repensar essas coisas com cuidado. Mas essa é uma ação espontânea da economia? Não. É um setor que controlou poderosa-

mente o Estado brasileiro e utilizou o Estado brasileiro com grande êxito também na cabeça das pessoas, por causa do domínio que ainda tinha e conseguiu manter sobre os meios de comunicação, e outras formas de servir, por exemplo, a uma classe média que ganhou com isso. Ganhou por um período, porque toda vez que valoriza sua moeda, você vai para o exterior e pode comprar muito mais, o turismo é muito mais barato. Então, um setor da classe média se sentiu dentro de uma situação extremamente favorável. Mas isso tinha um custo e esse custo tivemos que pagar em 1999. Uma desvalorização que chegou a 4 reais por dólar. Depois baixou para 3,60.

Mas quando Fernando Henrique deixou o governo estava a três e poucos reais por dólar. Uma situação de endividamento externo. Quando Fernando Henrique entrou, o Brasil tinha 32 bilhões de dólares de reserva. Quando terminou seu governo, o Brasil estava pedindo ao FMI que estendesse o período para poder pagar os trinta e tantos bilhões de dólares e, ao mesmo tempo, tendo-se retirado do Brasil sessenta e tantos bilhões de dólares de reservas que foram embora quando o capital resolveu retirar seu dinheiro porque a perspectiva era realmente de uma crise extremamente grave no país.

Ao mesmo tempo, o Estado brasileiro aumenta o seu endividamento de maneira colossal. Na entrada do Governo Fernando Henrique, a dívida brasileira estava em torno de 60 bilhões de reais e ele deixa o governo com 900 bilhões de reais de dívida. Isto é, quinze vezes mais, 1.500% a mais.

Então, para que possamos nessa conjuntura atual retomar uma visão que integre o país numa perspectiva realmente de retomar seu desenvolvimento econômico, retomar uma política que nos leve novamente a um período de crescimento significativo, temos que romper com toda uma barreira ideológica, com toda uma barreira de falsificação histórica e falsificação política, que foi comprada inclusive por setores da esquerda, que foram excluídos desse período e que tiveram que comprar. Continuam aceitando, por exemplo, que o período do Real foi um período de consolidação da nossa moeda. Um período em que a moeda se desvaloriza quatro vezes é um período de consolidação de uma moeda? Que negócio é esse? De 0.85 reais por dólar para 4 reais? Isso é uma moeda forte? Isso é uma moeda bem administrada? Ah, mas como chamar de consolidação fiscal, de rigor fiscal, um período em que 60 bilhões de dívida passam para 900 bilhões de dívida? Se fosse um aumento de 10%, 20%, mas um aumento de 1.500%?

São várias coisas que estamos comprando do período anterior que nos seguram ainda para uma transformação mais significativa. E como houve muitos avanços em vários aspectos, nós estamos aceitando medrosamente que não podemos enfrentar esses problemas todos. Quando na realidade o início de um enfrentamento vai nos permitir realmente restaurar uma política de crescimento econômico. Porque as mudanças que estão ocorrendo na economia mundial favorecem os países que estiveram fora do centro de expansão da economia mundial nesse momento. Começando pela China, evidentemente, pela Índia também, pela Indonésia, pela Turquia, começando por toda a América Latina, todos nós temos neste momento enormes reservas que nos permitem ter uma política comum no mercado mundial muito significativa.

A nossa relação com a América Latina e a integração da nossa região pode ser um instrumento de negociação mundial bem favorável. Por exemplo, essa discussão com a China, esse medo da China, de que a China demanda matérias-primas e então temos que vender. Nós não temos que vender matéria-prima para a China. Mas, no final do século XIX, nós vendemos café loucamente porque a demanda aumentou enormemente na Europa, não fomos só nós, mas todos os países. Entretanto, os Estados Unidos, por exemplo, tiveram forte aumento de demanda do algodão do Sul do país, por parte da Inglaterra. O Sul se rebelou quando o Norte disse: não, vocês vendem algodão, mas compram a indústria aqui. E, nesse momento, o Sul se rebela para uma guerra civil, que custou 2 milhões de mortes, em que o Norte impôs ao Sul uma política protecionista. E a libertação dos escravos não foi o motivo da guerra, ela veio durante a guerra como uma forma de desestruturar as tropas do Sul, porque o Sul realmente era extremamente poderoso, mas, na medida em que suas tropas eram basicamente de escravos, e se você liberta os escravos cria uma situação de perda de controle das suas tropas, o que permitiu então que o Norte vencesse o Sul.

A guerra civil americana foi o triunfo do protecionismo sobre o liberalismo expressado pelo Sul. Aqui na América Latina, o Sul ganhou e o Sul do escravismo. Os Estados Unidos o eliminaram em 55, mas nós continuamos com o escravismo até a década de 80. Razões do nosso atraso.

Então, esse contexto histórico vai permitir, na verdade, que retomemos uma curva de desenvolvimento e de crescimento que foi destruída pelo golpe de 1964, que destruiu grande parte dessas forças emergentes no país, e que o levou para

esse período histórico tão negativo. Mas estamos nos libertando dele, como hoje de manhã se discutiu. Ainda temos um peso enorme da ditadura sobre a nossa vida política e nossa vida econômica. E, portanto, o nosso grande problema está exatamente na nossa capacidade de nos liberar desse passado para construir e reconstruir o beneplácito de uma política que tem muitos elementos que precisam ser inovadores, fundamentalmente, sobretudo no plano científico e tecnológico que tem um peso muito mais significativo na economia mundial do que nós tivemos nos séculos XVIII e XIX, mas o contexto disso é que possamos criar as condições políticas para essa mudança.

Acho que estamos no caminho para isso, mas esse caminho, como disse o Lessa, está muito moderado. Moderado eu não diria que é o problema. O problema principal é que realmente as forças que compõem a nossa sociedade possam realmente emergir também. E no momento em que isso aconteça, com uma subjetividade nova, com uma ideia do novo que deve ser feito, com um impulso novo, com um desejo novo de mudança, então nós temos que criar os mecanismos políticos para que esse processo se fortaleça na direção dessas transformações, que são neste momento transformações mundiais, não são exclusivas do Brasil, e o caminho pelo qual nós poderemos realmente começar a estruturar uma visão nova do nosso país, a partir também de uma visão nova do movimento da própria política e economia mundiais. Obrigado.

MÁRCIO POCHMANN

Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada



Quero já antecipar que não vamos ter aqui o que ocorreu em Canaã. Em Canaã, o melhor vinho foi servido por último. Lamento informar, mas o bom vinho já foi servido. Vamos aqui brindar com água, para acompanhar o bom vinho servido na exposição do prof. Theotonio que, com muita clareza, nos deu uma visão histórica, contextualizando o momento que estamos vivendo.

Na realidade, vou dividir minha exposição em duas partes. Uma primeira chamando atenção a respeito de elementos de ordem estrutural que, a meu ver, se expressam nos acontecimentos que estamos vivendo desde 2008, mas certamente estão relacionados a uma transformação muito profunda no modo de produção capitalista. Então eu vou, na verdade, ressaltar o que me parece são elementos que precisam ser melhor considerados, evidentemente, mas que de certa maneira, no meu modo de ver, alteram profundamente a forma com que se organiza o trabalho, o Estado, a forma como funcionam os partidos políticos. Acredito que de certa maneira todas as gerações que vivem este momento são privilegiadas, pois têm oportunidade de fazer parte, construir a história com as próprias mãos, diferente do que tivemos até agora, em função da singularidade das transformações que estamos vivendo. Então vou falar um pouco sobre isso, e na segunda parte vou falar um pouco sobre a crise, os acontecimentos no Brasil.

Existe uma visão positiva da perspectiva histórica que, de maneira geral, o Brasil sempre conseguiu se posicionar relativamente bem diante das crises. Vou até recuperar um pouquinho isso. As decisões tomadas em 2008 diante da crise internacional demons-

traram que estamos diante da constituição de uma nova maioria política, e vejo que essa segunda rodada de manifestação da crise pode sofisticar mais ainda essa maioria política, condicionando-a a fazer uma opção clara entre os dois modelos que estão em jogo.

Ao meu ver, desde o início desta década, a partir do Governo do presidente Lula estamos diante de dois modelos possíveis para o Brasil. Um modelo que é o Brasil da fama, que é o Brasil de muita fazenda, mineração maquiladora, é o que se expressa evidentemente na política monetária e fiscal, uma política de câmbio e de juros que fortalece justamente os grupos mais associados à exportação de produtos primários, mas de outro lado temos uma disputa interna do governo, que reflete justamente a forma como se constituiu a maioria política de 2003 para cá, que é o Brasil do vácuo, o Brasil do valor adicionado, das cadeias produtivas, o Brasil do conhecimento. Então, creio que temos, de forma muito simplificada, esses dois modelos e a crise vai nos favorecer no sentido de que essa maioria política tome alguma decisão em relação às possibilidades do Brasil nesse início de século. Esta foi uma breve apresentação.

Vamos entender a crise como sendo um momento em que o velho vem se esgotando, o velho já não tem mais condições de predominar, as velhas formas de dominação, de produção, de organização do trabalho, de se fazer política, e a crise então deixa claro que o velho está esgotado, mas, ao mesmo tempo, o novo não se apresenta de forma plena. O novo ainda está em construção. Por isso que é uma crise. Crise é um momento de rupturas e oferece escolhas políticas muito importantes. E esse momento de crise, portanto, pode descortinar um novo contexto de ordem estrutural, do ponto de vista do desenvolvimento capitalista.

O primeiro elemento já foi de certa maneira bem aqui representado pelo Theotonio de que estamos diante da construção de um mundo multipolar. Estamos saindo do centro dinâmico basicamente concentrado nos Estados Unidos e estamos observando os sinais crescentes de decadência norte-americana. Decadência essa que se dá pela forma como foi conduzida a economia dos Estados Unidos, com o predomínio da política neoliberal que terminou fazendo com que o núcleo duro daquele país, a indústria, fosse se deslocando para outros países. Os Estados Unidos se apresentam cada vez mais com uma economia oca, com dificuldades de ser reativada pelo mercado interno. E simultaneamente temos o aparecimento, então, de novos centros dinâmicos, especialmente a Ásia, a China.

Mas há, creio, um espaço para a construção de um centro dinâmico aqui no Sul do continente sul-americano. Há espaço para a construção de um dinamismo e uma liderança do Brasil. É uma oportunidade oferecida por momentos como esse de novas centralidades dinâmicas. Claro que essa é uma oportunidade – não necessariamente ocorrerá –, mas não há dúvida de que estamos falando de um fortalecimento da China, da Índia, voltando possivelmente ao que eram esses países até o século XVIII. Durante o desenvolvimento, esses países eram os principais centros de produção e de ocupação de mão de obra. Esse foi um primeiro ponto.

Como vai ser essa transição? Vai ser uma transição tranquila ou vai ser tensa, com guerras? Porque, se voltarmos ao final do século XIX até o século XVIII, até o ano 1.700, no desenvolvimento agrário, as principais regiões de maior produção eram aquelas que ofereciam maior espaço territorial e maior quantidade de mão de obra. Era uma sociedade com baixa produtividade, então, pressupunha-se muitos trabalhando, o que significava dizer 70% do tempo de vida comprometido com o trabalho. Então as Índias, a China, grandes extensões de terra, com muita gente, eram praticamente as regiões com maior produção do mundo.

A primeira revolução industrial e tecnológica, em 1750, oferece oportunidade, através da mecanização e a intensificação do trabalho, novas divisões do trabalho, a possibilidade de países pequenos produzirem em grande escala para além das suas necessidades nacionais. E aí então a Inglaterra, um país relativamente pequeno, uma população também relativamente pequena, passa a ser a oficina do mundo, a produzir em grande quantidade, não em grande escala, não apenas para a sua realidade, mas para o mundo todo, redividindo o mundo entre outras coisas. Então nós temos um deslocamento do centro dinâmico da Ásia para a Europa, fundamentalmente a Inglaterra.

Ao final do século XIX, 1870 em diante, vamos ter uma nova depressão internacional. O fortalecimento de industrializações retardatárias, que se inicia já no começo do século XIX, e os Estados Unidos e Alemanha vão disputar para ver quem sucederá a Inglaterra. E essa sucessão em disputa se dará por vários conflitos, entre eles duas grandes guerras mundiais. E, ao final da II Guerra Mundial, fica claro que os Estados Unidos se transformam na nação vencedora, o principal centro dinâmico, embora já no início do século, início de 1900, já era a principal economia. Resta a dúvida: essa transição dos Estados Unidos para a China se dará

de forma tranquila ou haverá muita tensão, muito conflito? Como se dará essa situação? É algo que nos inquieta.

O segundo aspecto que quero ressaltar é, na realidade, um quadro de hipermonopolização do capital. Estamos diante do crescimento, da expansão de grandes corporações transnacionais. Isso não é nenhuma novidade no capitalismo, mas a forma com que essas grandes corporações se manifestam hoje colocam cada vez mais em dúvida o fato de que são países que têm empresas ou empresas que têm países. Quarenta e sete por cento do produto interno bruto já dependem das 500 maiores corporações transnacionais. Qualquer setor de atividade econômica que venhamos a analisar, vamos ver 4, 5 grandes corporações que dominam. Essas corporações são tão grandes que são superiores ao produto interno bruto de países. As três maiores corporações do mundo têm um faturamento que equivale ao PIB do Brasil, que é o sétimo atualmente do mundo. A Petrobras tem um faturamento que já supera o PIB da Argentina. As 50 maiores corporações têm um faturamento que supera o PIB de 150 países. Essa é uma questão que faz com que essas grandes corporações exerçam uma redivisão do mundo que não se tinha conhecimento de forma tão precisa.

Vamos perguntar assim: a Petrobras pertence ao Brasil ou o Brasil pertence à Petrobras? A Petrobras hoje responde por 12% do PIB nacional e contrata direta e indiretamente 40% dos engenheiros em regime de CLT. Com os investimentos na exploração do petróleo e na camada pré-sal em 2020, 2021, a Petrobras pode responder por 40% do PIB brasileiro. É uma situação de forte importância do ponto de vista do jogo. O que não significa dizer que nós não temos que ter grandes empresas, mas certamente é um pacto, do ponto de vista da governança nacional e a governança do mundo.

Vamos imaginar, guardadas as proporções, uma cidade de 5 mil habitantes em que de repente se instaura uma grande siderurgia que vai contratar 4 mil pessoas, ou qualquer outra empresa. É importante para a cidade, evidentemente, a geração de empregos, o próprio faturamento vai significar inclusive melhora do orçamento da prefeitura, mas ao cabo, quem manda mesmo na cidade? É o prefeito, democraticamente eleito, ou o presidente dessa grande siderurgia? Em que medida os presidentes se transformam cada vez mais numa espécie de caixeiro-viajante dos grandes interesses dessas corporações que financiam partidos, financiam a representação política? Então, este é um ponto que me parece interessante ser conside-

rado, o do processo de hipermonopolização do capital e o desequilíbrio em relação à política, à governança do mundo.

Vamos olhar um pouco os acontecimentos de 2008. A Assembleia Geral das Nações Unidas, constituída já no início do século XX, mais especialmente com a II Guerra Mundial, mostra-se atualmente incapaz de construir um evento em que estivessem lá pelo menos os principais países, seus presidentes, suas direções, estabelecendo uma convergência em torno do enfrentamento da crise mundial. Nós não tivemos isso. Surgiu o G-20, com maior importância etc., mas o G-20 não é uma instituição, ele não tem condições de fazer intervenções para além das decisões tomadas no âmbito daqueles países que lá participam. O G-20 levantou um diagnóstico dizendo que é impossível no mundo de hoje ter a presença dos paraísos fiscais. Muito bem. Agora, quem vai dizer no país x, y, z – que são paraísos fiscais – que lá não pode ser paraíso fiscal? O G-20 não tem essa capacidade. Este é um ponto, ao nosso modo de ver, fundamental a ser considerado, essa redivisão do mundo pelas grandes corporações transnacionais.

Outro ponto para o qual eu gostaria de chamar atenção está relacionado à convergência na geração da riqueza na transição para o trabalho imaterial. Não significa dizer que o trabalho material na agricultura, na pecuária, na construção civil não sigam importantes, até do ponto de vista do núcleo de geração de riqueza, mas o que vem crescendo em todos os países, salvo alguns, é o emprego no setor de serviços. No caso brasileiro, 70% das ocupações são no setor terciário da economia. Em grande medida, os serviços vêm sendo associados à presença de novas tecnologias de informação. O computador, o telefone celular, o "tablet", o "ipod", enfim, uma série de novas tecnologias que são introduzidas na nossa vida e simultaneamente ao trabalho.

Essas formas novas de trabalho vêm sendo acompanhadas de dois fenômenos. O primeiro, uma profunda exploração do trabalho. Exploração superior inclusive à verificada naquele momento do século XIX, que gerou grandes tensões. Essa exploração do trabalho vem se dando num processo de forte alienação, alienação crescente que impede de se verificar o grau de exploração. Por que estou dizendo grau de exploração? Porque com essas novas tecnologias de informação está se trabalhando não apenas no local de trabalho, mas cada vez mais fora do local de trabalho. Uma pesquisa feita na Inglaterra mostrou que não se desconecta mais do trabalho. O chamado descanso semanal remunerado, a

semana-inglesa, sábado e domingo vinculados ao descanso, às atividades familiares, às atividades fora do dito local de trabalho deixam de acontecer porque o trabalhador leva para casa parte do trabalho que ele realiza na empresa. E é impressionante a alienação, porque muitas vezes o trabalhador fica feliz quando recebe um telefone celular corporativo de parte da empresa, dizendo ele: "Bom, agora sou importante, a empresa me reconheceu finalmente e me deu um equipamento como esse". Mal sabe ele que vai agora trabalhar muito mais para além do trabalho realizado no seu próprio local. Então essa pesquisa feita na Inglaterra mostrou que as pessoas só começam a se desconectar do trabalho no sábado à tarde e no domingo à tarde já começam novamente a responder o correio eletrônico, a estarem sincronizadas.

Então, estamos diante de uma ampliação do tempo de trabalho, se há mais trabalho há mais riqueza, riqueza essa que não está sendo questionada pelos sindicatos. Infelizmente os sindicatos não são contemporâneos desses novos desafios, e tampouco o Estado se deu conta de que poderia tributar, taxar essas novas formas de riqueza, por isso estamos vivendo num quadro de aprofundamento da concentração de riqueza oriunda dessas novas formas de trabalho, o trabalho imaterial. Como disse antes, no Brasil, 70% dos empregos já são dessa ordem.

Essa nova forma, digamos assim, de realização do trabalho está pressupondo ter como principal ativo da sociedade o conhecimento. Isso implicará transformação brutal na relação de gênero. O século XXI será possivelmente o século das mulheres, porque o trabalho imaterial não pressupõe mais a presença do uso da força física. A força física foi o principal elemento gerador de desigualdades desde que o homem desceu da floresta e passou a caminhar de forma bípede, porque se dividiu o trabalho fazendo com que a mulher respondesse basicamente pela reprodução humana e, no máximo, uma coleta na época agrária. O homem tinha, a função de proteção, o ganha-pão. Bem, isso se prolonga na construção civil, na indústria.

Ora, nos dias de hoje a força física não tem o menor sentido. Fundamental é cada vez mais o conhecimento. Isso faz com que seja possível, nesse novo horizonte, reduzirmos dramaticamente a desigualdade que fez com que homens e mulheres vivessem de forma distinta. Além disso, é bom ressaltar que a função de reprodução basicamente de responsabilidade feminina passa a ter uma outra realidade, quando consideramos o fato de que a demografia vem mostrando uma queda brutal na taxa de fecundidade. As mulheres vêm tendo cada vez menos

filhos. As mulheres possivelmente viverão, assim se espera os homens também, próximo cada vez mais de 100 anos.

Se nós tivéssemos um evento como esse em 1911, a possibilidade minha de fazer uma exposição era muito difícil, porque em 1911 a expectativa média de vida dos brasileiros era de 34 anos de idade. A possibilidade de um evento como este em 1911 ter a presença feminina era residual, porque, vamos imaginar que as mulheres viviam em média 34 anos de idade no começo do século e podiam ter entre 15 a 20 filhos, uma sociedade que dependia muito da presença da reprodução humana. Hoje, as mulheres possivelmente vão viver cada vez mais, 80, 90 anos de idade, talvez terão um filho e esse filho não necessariamente será resultado de uma relação sexual, dadas as formas variadas de reprodução, que não mais dependem da presença do sexo masculino.

Então, essa sociedade que está em fase de construção é muito diferente dessa que conhecemos até o presente momento. E isso implica, na verdade, modificação brutal na forma com que identificamos a educação. Até o presente momento, olhando o desenvolvimento urbano e industrial, a educação aparecia apenas e tão somente como algo circunscrito às faixas etárias mais precoces, às crianças, aos adolescentes, aos jovens. O ensino superior era o teto para alguns jovens que iriam ocupar posteriormente os cargos de direção nas grandes empresas, iam fazer os principais concursos públicos. Ao grande conjunto da população, no máximo, um ensino fundamental, quando não o ensino técnico.

Ora, nessa nova sociedade do conhecimento, a escola passa a ser o elemento-chave para a vida toda. Será cada vez mais necessário estudar a vida toda, dada a complexidade dessa sociedade assentada no trabalho imaterial, cujo conhecimento não é repassado da forma como nós entendemos hoje um ensino técnico, mesmo universitário. O exercício do trabalho imaterial não pode ser formatado como era o trabalho no tempo do fordismo, copiado e repassado através do conhecimento em massa. O trabalho imaterial pressupõe como fundamental a motivação. Um professor pode ir para a sala de aula por uma hora sem transmitir nenhum conhecimento se não estiver motivado. Mas, se motivado, ele pode fazer uma transformação brutal no conhecimento. A motivação passa a ser a peça-chave. Esse é um gargalo inclusive para a reprodução do capitalismo.

Esse novo conhecimento pressupõe escola para a vida toda. Pressupõe ingressar no mercado de trabalho depois dos 24, 25 anos de idade, após ter a formação

do ensino superior. O ensino superior passa a ser o piso dessa nova sociedade, não mais o teto. Estamos diante de uma transformação brutal. E o que entra em disputa é a disputa sobre o fundo público. Quem vai financiar esse novo horizonte, esse padrão superior de uma sociedade em que as pessoas estudam uma vida toda e que grande parte da sociedade não tem condições de financiar o seu próprio estudo? É a disputa em torno do fundo público. Quem financiará isso, quem será tributado? Estamos diante, na verdade, de elementos estruturadores da nossa sociedade de grande importância e que podem apontar a sociedade para um patamar superior, novo padrão de civilidade.

Bom, esses foram os elementos de ordem estrutural, certamente merecem mais reflexão, mas nos dão um horizonte de possibilidades, e eu gostaria de me encaminhar para a minha parte final, falando um pouco de elementos de ordem conjuntural em relação aos acontecimentos de 2008 para cá.

Começo dizendo que em 2008 o Brasil aplicou um receituário para enfrentamento da crise completamente diferente daquelas medidas tomadas nas crises anteriores, até de menor proporção. Como foi a crise de 1999, a crise de 1995, as crises financeiras asiáticas, na segunda metade dos anos 1990, foram medidas diferentes daquela assumida pelo presidente Collor no início dos anos 90, foram medidas muito diferentes daquelas adotadas na crise da dívida de 1981 a 1983.

Por que o Brasil tomou medidas diferentes? Dizia-se, até 2005, 2006, que toda vez que os Estados Unidos tossiam o Brasil pegava pneumonia. Ih, os Estados Unidos estão com resfriado, vai ser uma pneumonia no Brasil. Por quê? Porque as políticas adotadas nos anos 80, 90 eram políticas que, na verdade, internalizavam, aprofundavam a crise, e não as enfrentavam. Vinham problemas de crédito, problemas internacionais de ordem financeira, e o que fazia o Brasil? Aproveitava para elevar a taxa de juros, para aumentar os impostos, para cortar gastos públicos, cortar investimentos, aproveitava para não elevar o salário mínimo. Nós internalizávamos, aprofundávamos a crise.

Em 2008, as medidas tomadas foram no sentido inverso. O Brasil desonerou determinados setores de impostos. Levou algum tempo, mas, enfim, terminou reduzindo a taxa de juros, aumentou o gasto público, elevou os investimentos para o financiamento, fortaleceu o setor público, elevou o salário mínimo, ampliou os programas sociais. Como pode ter feito isso diferente, por que fez isso diferente? Porque no meu modo de ver há inegavelmente a constituição de uma outra maioria

política, uma maioria política que tem como definição o crescimento econômico e não a recessão, e não o voo de galinha. A economia crescia um pouquinho, caía, crescia um pouquinho, caía.

Esta é outra maioria política. Está em formação uma maioria política que deriva justamente de duas décadas muito difíceis que o Brasil viveu: 1980 e 1990. Vamos voltar um pouco no tempo e lembrar que a Revolução de 30 foi um momento-chave da construção de uma maioria política que liderou o Brasil da década de 1930 à década de 1970. Essa maioria política foi uma maioria, digamos, que aglutinou segmentos que foram sendo derrotados ao longo da República Velha. Era uma maioria política construída a partir da Revolução de 30, que nem foi bem uma revolução, mas, enfim, como um momento histórico de referência, que era uma maioria política, uma frente muito heterogênea, diferentes partidos, diferentes visões, mas todos eram antiliberais, anti-República Velha. Entendiam que o Estado era fundamental para protagonizar um outro eixo de expansão. Essa maioria política de 1930 a 1980 não era tão democrática, porque esse período de 50 anos foi o maior tempo consumido com uma experiência de autoritarismo, seja pelo Estado Novo, seja pela própria ditadura militar. Essa maioria política não foi portadora de reformas, não fizemos as reformas clássicas do capitalismo contemporâneo, como seria a reforma agrária. A despeito de terem havido políticas de reforma agrária desde o final dos anos 50, com a ebulição do Movimento dos Sem-Terra, do Master, no Rio Grande do Sul, e assim por diante, nós não fizemos de fato reforma agrária. Temos ainda hoje uma estrutura fundiária muito pior que a estrutura fundiária de 1920, e o primeiro levantamento que o Brasil tem. E é mais grave a estrutura fundiária pelo fato de que parcela importante do território nacional vem sendo adquirida pelo capital estrangeiro, por áreas que nem sabemos por que estão sendo compradas, mas certamente eles sabem por que as estão comprando. Infelizmente, temos 2/3 da nossa área desconhecidos do ponto de vista do seu subsolo, infelizmente.

Nós não fomos capazes de fazer uma segunda reforma clássica do capitalismo contemporâneo que era a reforma tributária. No Brasil de hoje, os ricos seguem sem pagar impostos. Quem paga impostos são os pobres. E é paradoxal no Brasil que quem mais reclama do peso dos impostos são os que menos pagam. Aquele fenômeno, o símbolo do impostômetro não foi feito na favela brasileira, foi feito no centro rico de São Paulo. Quem ganha dois salários mínimos no Brasil paga um

salário mínimo de imposto todos os meses. Quem ganha 30 salários mínimos não paga 20% do que ganha na forma de impostos.

O Estado brasileiro é muito eficiente para cobrar dos pobres e ineficiente para cobrar dos ricos. Não temos imposto sobre grandes fortunas. Os impostos diretos, como são o Imposto Territorial Rural, o IPTU, imposto sobre propriedade urbana, o IPVA, imposto sobre veículos automotores, o próprio Imposto de Renda não são progressivos como poderiam ser. O ITR é uma vergonha, não se cobra praticamente nada na propriedade fundiária brasileira. O IPTU, que é exercido pelos nossos prefeitos, um estudo feito pelo Ipea mostrou que, por exemplo, os moradores de favela pagam proporcionalmente à renda muito mais do que os moradores de mansões. Quanto ao IPVA, é interessante dizer, que, por exemplo, lancha, helicóptero e avião não pagam impostos. E no imposto sobre a renda a maior taxa é 27%. No governo militar chegamos a ter taxa de até 50% do Imposto de Renda. Então, não fizemos a reforma tributária e muito menos fizemos a reforma social. Não construímos um Estado de Bem-Estar Social, com educação, saúde, habitação, transporte de boa qualidade para todos.

O Brasil transforma-se em República em 1889 e leva cem anos para tornar republicana a sua escola. A base da República é o acesso universal à educação e nós só fomos fazer acesso universal à educação a partir da Constituição de 1988, quase cem anos depois. E, apesar de termos escola para todo mundo, temos hoje ainda no Brasil 600 mil crianças com idade até 14 anos fora da escola. Muitos jovens de até 17 anos fora da escola. Temos um enorme desafio do ponto de vista de uma reforma profunda do Estado social brasileiro. Não temos uma cidade com 100% de saneamento. Então, não fizemos as reformas clássicas do capitalismo. Quando crescemos dos anos 1930 aos anos 1970 já podíamos, na década de 1970, ter superado a pobreza extrema no país. Éramos a oitava economia no mundo, tínhamos condições materiais para ter superado a pobreza. Não havia razão técnica que justificasse o Brasil ter quase 46% da sua população vivendo em estado de fome.

Então, os interesses, na verdade, que foram progressistas nessas décadas de 30 a 80 não foram tão democráticos assim. A presença do autoritarismo nos distanciou das possibilidades que o avanço material nos possibilitaria.

A crise da dívida externa em 1981 terminou fragmentando a maioria política e conduziu o Brasil até a década de 1980. Frente ao tamanho da dívida, a opção do último governo militar foi de começar a pagar a dívida externa. E para pagar a divida

externa num país que não tem moeda de curso internacional a alternativa foi reduzir o mercado interno, forçando o excedente exportador. Nós não fomos exportar o que nos sobrava, nos forçamos sobrar pela recessão feita de 1981 a 1983, com corte de salários, corte de emprego. A geração de mais fome foi um dos sustentáculos para viabilizar as exportações, o saldo na balança comercial, para permitir que o Brasil começasse a pagar o juro da dívida. Ficamos quase duas décadas submetidos a essa perspectiva. Não podia crescer, porque se crescesse a economia reduzia exportações, reduzindo exportações não tinha como pagar a dívida.

Portanto, a economia manteve-se acorrentada durante duas décadas. Isso foi uma regressão econômico-social enorme ao nosso país. Nós éramos a oitava economia em 1980, no ano 2000 passamos a ser a 14ª economia, dependendo dos parâmetros, foi uma regressão social enorme para o país.

Em 1980, o Brasil, apesar de ter a 5ª maior população do mundo, era o 13º país no ranking do desemprego no mundo. No ano 2000, o Brasil era o terceiro país em número de desempregados. Uma regressão brutal. Porque não tivemos maioria política a liderar um projeto de desenvolvimento. Foram acordos pontuais que viabilizaram na verdade uma trajetória pífia do país, uma regressão, apesar dos avanços que a democracia nos ofereceu, apesar da Constituição de 88, um salto fantástico do ponto de vista da estruturação do Estado de Bem-Estar Social. A construção dos grandes complexos de saúde, educação, previdência social.

Quero chamar atenção para o fato de que no início do século XXI, nesta primeira década, estamos diante de uma outra maioria política. Uma maioria política que tem na sua parte majoritária os grandes perdedores dos anos 1980 e dos anos 1990. Mas atrai cada vez mais também parte dos ganhadores, especialmente os ganhadores da financeirização da riqueza, ganhadores esses que estão sendo associados ao investimento produtivo, que é a força motora do nosso mercado interno. Essa maioria política que, na verdade, impediu que o Brasil adotasse em 2008 medidas como aquelas que vinha adotando até então de internalizar a crise.

O presidente Lula, em 2008, disse que foi uma marolinha e adotou medidas que eram contrárias à perspectiva até então vigente e conservadora, e teve apoio. É essa perspectiva que nos estimula a olhar essa nova onda da crise do mundo como uma perspectiva, alvissareira, de construção e fortalecimento do país num projeto superior. Sem maioria política, nós não iremos muito longe. A economia é um meio,

não é um fim em si mesmo. Quem conduz a economia é a política. A política nunca foi tão importante como está sendo neste momento. Momento-chave da história nacional. Vinte e seis anos de experiência democrática. Nunca tivemos isso no país. A nossa experiência tem sido o autoritarismo. Toda vez que os movimentos populares apareciam surgia o autoritarismo. Isso não está ocorrendo hoje. Nós estamos construindo essa maioria política num ambiente democrático. Claro que muitas vezes nem estamos muito felizes com essa maioria, com as expressões que tem, mas isso é reflexo da nossa aprendizagem, num quadro inclusive em que percebemos, como se dizia há 20 anos, por exemplo, que os progressistas tinham ideias mas não tinham votos. Hoje, temos votos, já ideias...

Encontros como este são fundamentais para a construção de ideias. Não há democracia sem instituições consolidadas. Os partidos são funções-chave na convergência de ideias, ideias nacionais. As ideias não transformam a realidade. Quem transforma a realidade é o homem. As ideias só transformam o homem. E transformando o homem nós transformamos a realidade.

Esse é o desafio que temos pela frente. Um governo que tem uma maioria heterogênea, mas um governo que tem em disputa dois caminhos pelo menos. Não tenho dúvidas de que o Brasil sairá maior do que essa crise. Essa é uma crise de longa duração, como fora a crise de 1873 a 1896. Uma crise que se dá em simultâneo a um processo de evolução tecnológico. Mas o Brasil sairá maior em que sentido? No sentido de ser um país subordinado ao eixo asiático? Estamos trocando os Estados Unidos pela China? Nada contra produzir e exportar matéria-prima, mas isso não nos permitirá construir um país desenvolvido. Nós vamos crescer, mas os empregos não serão melhores.

Como pode o Brasil ser o maior produtor e exportador de café "in natura"? Os Estados Unidos e a Itália não plantam um pé sequer de café a não ser como vaso ornamental. No entanto, são os maiores produtores e exportadores de café industrializado. É isso que gera valor agregado. É isso que oferece as melhores oportunidades de emprego. É isso que conecta o conhecimento com o trabalho.

O Brasil tem a grande oportunidade de dar um salto. Não há nada que nos impeça de dar esse salto. Nós não estamos mais submetidos ao regime militar que dizia o que devíamos ou não devíamos fazer. Nós não estamos mais submetidos ao Fundo Monetário Internacional. O Brasil é até credor. Antes diziam onde se podia ou não se podia aplicar recursos. Só há uma coisa que nos impede de dar esse salto:

o medo. O medo de ousar, o medo de fazer diferente, o medo de nos rebelarmos, o medo de deixar de ser governado pelos que já morreram. Sim, porque muitas vezes nós continuamos achando e entendendo a realidade conforme foi pensada por pessoas que não existem mais, e a realidade é outra. Como dizia alguém no século XIX: "O primeiro passo para mudar a realidade é conhecê-la". E o esforço que está sendo feito aqui pela Fundação João Mangabeira é nesse sentido de ganharmos mais conhecimento, entender melhor a realidade por uma maior intervenção. E eu fico muito feliz de fazer parte dessa transformação do Brasil e, espero, com todos os companheiros aqui. Muito obrigado.

GALERIA



Deputada Ana Arraes,
Artur Moreira Lima



Carlos Siqueira, Wilson Cano,
governador Eduardo Campos







Deputado Alexandre Cardoso, Roberto Amaral, governador Eduardo Campos, Carlos Siqueira



José Gomes Temporão, deputado Valtenir Pereira, governador Eduardo Campos, Carlos Siqueira



Roberto Amaral,
Carlos Siqueira



José Gomes Temporão,
governador Eduardo Campos



Márcio Pochmann,
Carlos Siqueira



Caleb Oliveira, Wilson Cano, Roberto Amaral, Carlos Lessa, Carlos Siqueira



Roberto Amaral, governador Eduardo Campos, Carlos Siqueira, deputada Ana Arraes



Governador Eduardo Campos, Carlos Siqueira, deputada Ana Arraes, José Gomes Temporão, deputado Valtenir Pereira



Governador Eduardo Campos na inauguração do Seminário









Produção e edição: Tereza Vitale
Diagramação e arte: Adriana Almeida
abare.editorial@gmail.com
F. (61) 3879-6881
(61) 9986-3632